

REGIMENTO DE UNIDADE

**PROCESSO 73.1.33272.1.2 – ESCOLA DE ENFERMAGEM DE
RIBEIRÃO PRETO**



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde
para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem

Avenida Bandeirantes, 3900 - Ribeirão Preto - São Paulo - Brasil - CEP 14040-902
Fone: 55 16 3602.3382 - 55 16 3602.3381 - Fax: 55 16 3602.0518
www.eerp.usp.br - eerp@edu.usp.br

Of.SCAPAC. 063 11/EERP/02.12.2011

Magnífico Reitor,

Encaminhamos, para análise e deliberação dos órgãos competentes desta Universidade, a proposta do novo Regimento da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, sugerida por comissão designada pela Direção.

Informamos que a referida proposta foi aprovada pela Congregação, em sua 352ª reunião ordinária, realizada em 01 de dezembro de 2011.

Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de elevada consideração.

Atenciosamente,


Profª Drª Silvia Helena De Bortoli Cassiani
Diretora

Exmº Sr.

Prof. Dr. João Grandino Rodas

Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo

PROPOSTA DE NOVO REGIMENTO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO – EERP/USP

Quadro sinótico comparativo

Regimento atual	Proposta
CAPÍTULO I	TÍTULO I
DAS FINALIDADES E CONSTITUIÇÃO	DAS FINALIDADES E DA CONSTITUIÇÃO
<p>Artigo 1º - A Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP) tem as seguintes finalidades:</p> <p>I - formar enfermeiros e outros profissionais de enfermagem;</p> <p>II - preparar docentes, pesquisadores e especialistas, promovendo e realizando estudos, pesquisas e cursos que visem à melhoria do ensino e do exercício da enfermagem, bem como de áreas correlatas;</p> <p>III - prestar serviços à comunidade, para a melhoria das condições de saúde da população, cooperando sempre que possível com entidades públicas e privadas.</p>	<p>Artigo 1º - (...)</p> <p>I - formar enfermeiros bacharéis e licenciados;</p> <p>II - formar pesquisadores e líderes de instituições de saúde, de ensino e de áreas afins;</p> <p>III - gerar e disseminar conhecimento em enfermagem e saúde;</p> <p>IV - prestar serviços à comunidade, em seu campo específico de atuação, e colaborar com órgãos e instituições públicas, filantrópicas e privadas.</p>
<p>Artigo 2º - Para desenvolver as atividades decorrentes das suas finalidades, a EERP manterá o curso de Graduação em Enfermagem, cursos de Pós-Graduação e outros cursos.</p>	<p>Artigo 2º - Para alcançar suas finalidades, a EERP manterá os cursos de Bacharelado em Enfermagem e de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem, além de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e <i>lato sensu</i>.</p>
<p>Artigo 3º - A EERP é constituída dos seguintes Departamentos:</p> <p>I - Departamento de Enfermagem Geral e Especializada (ERG);</p> <p>II - Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas (ERP);</p> <p>III - Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Saúde Pública (ERM).</p>	<p>Artigo 3º - A EERP é constituída por Departamentos assim denominados:</p> <p>(...)</p>

	TÍTULO II
	DA ADMINISTRAÇÃO
CAPÍTULO II	CAPÍTULO I
DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO	DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO
<p>Artigo 4º - São órgãos de Administração da Unidade:</p> <p>I - Congregação;</p> <p>II - Conselho Técnico Administrativo;</p> <p>III - Diretoria;</p> <p>IV - Comissão de Graduação;</p> <p>V - Comissão de Pós-Graduação;</p> <p>VI - Comissão de Pesquisa;</p> <p>VII - Comissão de Cultura e Extensão Universitária.</p>	<p>Artigo 4º - São órgãos de Administração da EERP:</p> <p>(...)</p> <p>II - Diretoria;</p> <p>III - Conselho Técnico Administrativo;</p> <p>(...)</p>
	CAPÍTULO II
DA CONGREGAÇÃO	DA CONGREGAÇÃO
	SEÇÃO I
	Da composição
<p>Artigo 5º - A constituição da Congregação está prevista no art. 45 do Estatuto.</p> <p>§ 1º - A representação dos Professores Titulares será de setenta e cinco por cento dos docentes da mesma categoria, assegurado um mínimo de cinco.</p> <p>§ 2º - Um representante dos antigos alunos de graduação e respectivo suplente, eleitos pelos seus pares, com mandato de um ano, admitindo-se uma recondução.</p>	<p>Artigo 5º - A composição da Congregação está prevista no art. 45 do Estatuto.</p> <p>§ 1º - A representação docente a que se refere o inciso VII do art. 45 do Estatuto é integrada por:</p> <p>I - professores titulares, em sua totalidade;</p> <p>II - professores associados em número equivalente à metade dos professores titulares, assegurado um mínimo de quatro;</p> <p>III - professores doutores em número equivalente a trinta por cento dos professores titulares, assegurado um mínimo de três.</p> <p>(...)</p>
	SEÇÃO II
	Da competência
sem correspondente	<p>Artigo 6º - Além das atribuições previstas no art. 39 e de outras disposições do Regimento Geral, compete à Congregação:</p>

	I - resolver os casos omissos, no âmbito de sua competência.
<p>Artigo 6º - A Congregação reunir-se-á ordinariamente de acordo com o calendário estabelecido no seu Regimento Interno e extraordinariamente quando convocada pelo Diretor ou quando requerida pela maioria simples dos seus membros.</p> <p>Parágrafo Único - A Congregação terá o seu Regimento Interno que disciplinará o funcionamento deste Colegiado.</p>	<p>Artigo 7º - A Congregação reunir-se-á, ordinariamente, de acordo com o calendário anualmente aprovado na última sessão do exercício e, extraordinariamente, quando convocada pelo Diretor ou quando requerida pela maioria simples dos seus membros.</p> <p>(...)</p>
<p>Artigo 7º - As competências da Congregação estão estabelecidas no art. 39 do Regimento Geral.</p> <p>Parágrafo Único - A Congregação elegerá os membros das Comissões referidas no art. 4º deste Regimento.</p>	Suprimir
DO DIRETOR	CAPÍTULO III
Artigo 8º - As competências do Diretor estão estabelecidas no art. 42 e seus incisos do Regimento Geral.	DO DIRETOR
<p>Parágrafo Único - Compete ao Diretor representar a Unidade junto a outras Instituições no intercâmbio de atividades acadêmicas e assistenciais.</p>	<p>Artigo 8º - Além das competências estabelecidas no art. 42 e seus incisos do Regimento Geral, são atribuições do Diretor:</p> <p>I - apresentar, bianualmente, à Congregação, a síntese das ações realizadas e o planejamento para o próximo período de sua gestão;</p> <p>II - apresentar, mensalmente, a execução orçamentária da EERP ao Conselho Técnico Administrativo;</p> <p>III - representar e/ou designar representante da EERP junto a outras Instituições no intercâmbio de atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária.</p>
Artigo 9º - Subordinados ao Diretor estão os órgãos técnicos e administrativos da EERP, que terão a sua organização e funcionamento aprovados pelo Conselho Técnico Administrativo.	Artigo 9º - (...)
DO VICE-DIRETOR	DO VICE-DIRETOR
Artigo 10 - Compete ao Vice-Diretor:	Artigo 10 - (...)

I - substituir o Diretor em seus impedimentos e faltas;	
II - exercer atribuições delegadas pelo Diretor, nos termos do parágrafo 2º do art. 42 do Regimento Geral.	
	CAPITULO IV
DO CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	DO CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO
	SEÇÃO I
	Da composição
Artigo 11 – Em conformidade com o disposto no art. 40 do Regimento Geral, o Conselho Técnico Administrativo é constituído:	Artigo 11 – (...)
I - pelo Diretor;	(...)
II - pelo Vice-Diretor;	
III - pelos Chefes dos Departamentos;	
IV - por um representante discente da graduação;	
V - por um representante discente da pós-graduação;	
VI - por um representante dos servidores não docentes;	VI - por um representante dos servidores técnicos e administrativos;
VII - por um representante dos docentes.	(...)
§ 1º - Os representantes referidos nos incisos IV e V serão eleitos pelos seus pares e terão mandato de 1 ano, permitida recondução.	(...)
§ 2º - Os representantes referidos nos incisos VI e VII serão eleitos pelos seus pares e terão mandato de 2 anos, permitida a recondução para os representantes indicados no inciso VI.	§ 2º - Os representantes referidos nos incisos VI e VII serão eleitos pelos seus pares e terão mandato de dois anos, permitida a recondução.
	§ 3º - Os presidentes das Comissões permanentes terão assento no CTA, na qualidade de convidados com direito à voz.
	SEÇÃO II
	Da competência
Artigo 12 – Além do disposto no art. 41 do	Artigo 12 – (...)

Regimento Geral, compete ao C.T.A.:	
I - aprovar convênios com instituições nacionais e internacionais;	I - aprovar convênios e assemelhados com órgãos e instituições nacionais e internacionais, com exceção de convênios previstos no inciso XXIX do art. 39 do Regimento Geral.
II. aprovar e disciplinar atividades interdepartamentais.	Suprimir
	CAPITULO V
DA COMISSÃO DE GRADUAÇÃO	DA COMISSÃO DE GRADUAÇÃO
	SEÇÃO I
	Da competência
Artigo 13 – A Comissão de Graduação cabe, de acordo com o disposto no art. 48 do Estatuto, traçar diretrizes e zelar pela execução dos programas determinados pela estrutura curricular, obedecida a orientação geral estabelecida pelos Colegiados Superiores.	Artigo 13 – A Comissão de Graduação cabe, de acordo com o disposto no art. 48 do Estatuto, traçar diretrizes e zelar pela execução dos programas determinados pelas estruturas curriculares, de forma integrada com as Comissões de Coordenação de Cursos, obedecendo ao disposto nas normas e legislação pertinentes da USP. Parágrafo único - Caberá à Comissão de Graduação a gestão dos programas e projetos de apoio ao fortalecimento do ensino de graduação e de apoio à permanência estudantil, vinculados à Pró-Reitoria de Graduação.
	SEÇÃO II
	Da composição
Artigo 14 – A Comissão de Graduação terá a seguinte constituição:	Artigo 14 – (...)
I - seis docentes e seus respectivos suplentes, portadores da titulação mínima de Mestre, eleitos pela Congregação, ouvidos os Departamentos, com mandato de três anos, permitida a recondução e observado o disposto nos parágrafos 2º e 4º do art. 1º da Resolução CoG 3741/90, alterado pela Resolução CoG 3855/91 e art. 245, parágrafo único, do Regimento Geral;	I - seis docentes, sendo dois por Departamento, efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Congregação, ouvidos os Departamentos, com mandato de três anos, permitida a recondução, observando-se a renovação anual pelo terço, obedecendo ao disposto nas normas e legislação pertinentes da USP; II - coordenadores das Comissões de Coordenação de Cursos, os quais, em eventuais impedimentos, serão substituídos pelos respectivos Vice-Coordenadores;

<p>II. representação discente e respectiva suplência, eleita pelos seus pares, correspondente a vinte por cento do total de docentes desse colegiado, com mandato de um ano, permitida a recondução.</p> <p>§ 1º – Os Presidentes das Comissões de Coordenação de Cursos Intra-Unidade (CoCs-I) terão assento na Comissão de Graduação com direito a voz e, em seus impedimentos, serão substituídos pelos seus respectivos suplentes.</p> <p>§ 2º - A Comissão de Graduação terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos pelos seus pares, obedecido o disposto no parágrafo 6º do art. 45 do Estatuto e sem prejuízo do determinado no parágrafo 7º do mesmo artigo.</p>	<p>III - representante discente e respectivo suplente, eleito pelo conjunto de alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação, em número correspondente a vinte por cento do total de docentes desse colegiado, com mandato de um ano, permitida a recondução.</p> <p>suprimir</p> <p>Parágrafo único - A Comissão de Graduação terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos dentre seus membros docentes, obedecido ao disposto no parágrafo 5º do art. 45 do Estatuto e sem prejuízo do determinado no parágrafo 6º do mesmo artigo.</p>
<p>Artigo 15 – As atribuições e o funcionamento da Comissão de Graduação constarão de Regimento próprio, aprovado pela Congregação, conforme normas e diretrizes emanadas do Conselho de Graduação.</p>	<p>Suprimir</p>
<p>Artigo 16 – Em conformidade com o artigo 2º, inciso X, da Resolução CoG 3741, de 26 de setembro de 1990, a Comissão de Graduação é o órgão responsável para verificar e emitir parecer sobre a equivalência entre o Diploma e Certificados da Graduação, obtidos no exterior, a ser revalidado e o correspondente expedido pela USP, de acordo com normas estabelecidas pelo Conselho de Graduação e observada a legislação vigente.</p>	<p>Suprimir</p>
	<p>CAPÍTULO VI</p>
<p>DA COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO</p>	<p>DA COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO</p>
	<p>SEÇÃO I</p>
	<p>Da competência</p>
<p>Artigo 17 – A Comissão de Pós-Graduação cabe, de acordo com o disposto no art. 49 do Estatuto, traçar as diretrizes e zelar pela execução dos programas de Pós-Graduação, bem como coordenar as atividades didático-científicas pertinentes, no âmbito da Unidade.</p>	<p>Artigo 15 – A Comissão de Pós-Graduação cabe a gestão dos Programas de Pós-Graduação no âmbito da EERP, obedecendo ao disposto nas normas e legislação pertinentes da USP.</p>
	<p>SEÇÃO II</p>

	Da composição
<p>Artigo 18 – A Comissão de Pós-Graduação da EERP terá a seguinte constituição:</p> <p>I - seis docentes e seus respectivos suplentes, portadores, pelo menos, do Título de Doutor, que sejam orientadores credenciados pelo CoPGr e pertencente a respectiva Unidade, propostos pelos Conselhos dos Departamentos, eleitos pela Congregação, com mandato de três anos, permitida a recondução e observado o previsto no parágrafo 2º, do Art. 1º, da Resolução CoPGr 3774 e no Art. 245, parágrafo único, do Regimento Geral;</p> <p>II - representação discente e seu respectivo suplente, eleita pelos seus pares, constituída por alunos regularmente matriculados em Programa de Pós-Graduação da Unidade, não vinculados ao corpo docente da Universidade e correspondente a vinte por cento do total dos docentes desse colegiado. O mandato será de um ano permitida a recondução, assegurado o direito de votação aos alunos que sejam também membros do corpo docente.</p> <p>Parágrafo Único – A Comissão de Pós-Graduação terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos pelos seus pares, obedecido o disposto no parágrafo 6º do art. 45 do Estatuto e sem prejuízo do determinado no parágrafo 7º do mesmo artigo.</p>	<p>Artigo 16 – A Comissão de Pós-Graduação da EERP terá a seguinte constituição:</p> <p>I - seis docentes e respectivos suplentes, sendo membros natos três coordenadores de Programa e três representantes eleitos pelos orientadores credenciados em cada Programa, obedecendo ao disposto nas normas e legislação pertinentes da USP;</p> <p>II – representante discente e respectivo suplente, eleito pelo conjunto de alunos regularmente matriculados em programas de pós-graduação da EERP, em número correspondente a vinte por cento do total de docentes desse colegiado, com mandato de um ano, permitida uma recondução, assegurado o direito de voto, mas não de elegibilidade, aos alunos que sejam também membros do corpo docente ou servidores técnicos e administrativos.</p> <p>Parágrafo único – A Comissão de Pós-Graduação terá um Presidente e um suplente, eleitos dentre seus membros docentes, obedecido o disposto no parágrafo 5º do art. 45 do Estatuto e sem prejuízo do determinado no parágrafo 6º do mesmo artigo</p>
<p>Artigo 19 – As atribuições e funcionamento da Comissão de Pós-Graduação constarão de Regimento próprio, aprovado pela Congregação, conforme as normas emanadas do Conselho de Pós-Graduação.</p>	Suprimir
<p>Artigo 20 – Em conformidade com o disposto nos arts. 116 e 117 do Regimento Geral, a Comissão de Pós-Graduação é o órgão responsável para verificar e emitir parecer sobre o reconhecimento da equiparação e revalidação de títulos e certificados de Pós-Graduação, obtidos em Instituições de Ensino Superior do País ou do exterior, submetendo-os à Congregação de acordo com normas estabelecidas pelo Conselho de Pós-Graduação.</p>	Suprimir

	CAPÍTULO VII
DA COMISSÃO DE PESQUISA	DA COMISSÃO DE PESQUISA
	SEÇÃO I
	Da competência
Artigo 21 – A Comissão de Pesquisa cabe traçar diretrizes e zelar pela execução dos projetos, obedecida a orientação geral estabelecida pelos colegiados superiores.	Artigo 17 – A Comissão de Pesquisa cabe traçar diretrizes, apoiar a atividade de pesquisa e zelar pela execução dos projetos, apreciar e deliberar sobre as atividades de pós-doutoramento, iniciação científica e outros projetos especiais da Pró-Reitoria de Pesquisa, no âmbito da EERP, obedecendo ao disposto nas normas e legislação pertinentes da USP.
	SEÇÃO II
	Da composição
Artigo 22 – A Comissão de Pesquisa da EERP terá a seguinte constituição:	Artigo 18 – A Comissão de Pesquisa da EERP terá a seguinte constituição:
I - três docentes e seus respectivos suplentes, portadores, pelo menos, do Título de Doutor, propostos pelos Conselhos dos Departamentos e eleitos pela Congregação, com mandato de três anos permitida a recondução, observando-se a renovação anual pelo terço;	I - seis docentes, sendo dois por Departamento, efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Congregação, ouvidos os Departamentos , com mandato de três anos, permitida a recondução, observando-se a renovação anual pelo terço, obedecendo ao disposto nas normas e legislação pertinentes da USP;
II - representação discente e respectivo suplente, eleita pelos alunos da Pós-Graduação regularmente matriculados na Unidade, não vinculados ao corpo docente da Universidade, correspondente a dez por cento do total dos Docentes membros do colegiado, com mandato de um ano permitida a recondução, assegurado o direito de votação aos alunos que sejam também membros do corpo docente.	II - representante discente e respectivo suplente, eleito pelo conjunto de alunos de programas de pós-graduação regularmente matriculados na Unidade, em número correspondente a dez por cento do total de docentes desse colegiado, com mandato de um ano, permitida uma recondução, assegurado o direito de voto, mas não de elegibilidade, aos alunos que sejam também membros do corpo docente ou servidores técnicos e administrativos.
§ 1º - A Comissão de Pesquisa terá um Presidente e um Vice-Presidente eleitos pelos seus pares, obedecido ao disposto no parágrafo 6º do Art. 45 do Estatuto e sem prejuízo do determinado no parágrafo 7º do mesmo artigo.	Parágrafo único - A Comissão de Pesquisa terá um Presidente e um Vice-Presidente eleitos dentre seus membros , obedecido ao disposto no parágrafo 5º do Art. 45 do Estatuto e sem prejuízo do determinado no parágrafo 6º do mesmo artigo.
§ 2º - As atribuições e funcionamento da Comissão de Pesquisa constarão de Regimento próprio, aprovado pela	suprimir

Congregação, conforme normas e diretrizes emanadas do Conselho de Pesquisa.	
	CAPÍTULO VIII
DA COMISSÃO DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	DA COMISSÃO DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
	SEÇÃO I
	Da competência
Artigo 23 – A Comissão de Cultura e Extensão Universitária cabe traçar diretrizes e zelar pela execução dos programas de cultura e extensão, obedecida a orientação geral estabelecida pelos colegiados superiores.	Artigo 19 – A Comissão de Cultura e Extensão Universitária cabe traçar diretrizes, apoiar as atividades de cultura e extensão e zelar pela execução dos programas correspondentes, obedecendo ao disposto nas normas e legislação pertinentes da USP.
	SEÇÃO II
	Da composição
Artigo 24 – A Comissão de Cultura e Extensão Universitária terá a seguinte constituição: I - cinco docentes e seus respectivos suplentes, portadores, pelo menos, do Título de Mestre, propostos pelos Conselhos dos Departamentos e eleitos pela Congregação com mandato de três anos, permitida a recondução, observando-se o disposto no parágrafo 1º do art. 18 da Resolução 4940, de 26.06.2002; II - representação discente e seu respectivo suplente, proporcionalmente eleitos pelos alunos matriculados no Curso de Graduação ou Pós-Graduação, correspondente a dez por cento dos docentes membros do colegiado e com mandato de um ano, permitida a recondução. Parágrafo Único – A Comissão de Cultura e Extensão Universitária terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos pelos seus pares, obedecendo ao disposto no parágrafo 6º do art. 45 do Estatuto, e sem prejuízo do determinado no parágrafo 7º do mesmo artigo.	Artigo 20 – A Comissão de Cultura e Extensão Universitária terá a seguinte constituição: I - seis docentes, sendo dois por Departamento, efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Congregação, ouvidos os Departamentos, com mandato de três anos, permitida a recondução, observando-se a renovação anual pelo terço, obedecendo ao disposto nas normas e legislação pertinentes da USP; II - representante discente e respectivo suplente, eleito pelo conjunto de alunos de cursos de graduação e de programas de pós-graduação, regularmente matriculados na Unidade, em número correspondente a dez por cento do total de docentes desse colegiado, com mandato de um ano, permitida a recondução. Parágrafo único - A Comissão de Cultura e Extensão Universitária terá um Presidente e um Vice-Presidente eleitos dentre seus membros, obedecendo ao disposto no parágrafo 5º do Artigo 45 do Estatuto e sem prejuízo do determinado no parágrafo 6º do mesmo artigo.
Artigo 25 – As diretrizes e funcionamento da Comissão de Cultura e Extensão	Suprimir

Universitária constarão de Regimento próprio, aprovado pela Congregação, conforme normas e diretrizes emanadas do Regimento de Cultura e Extensão Universitária, baixado pela Resolução 4940, de 26.06.2002.	
CAPÍTULO III	CAPÍTULO IX
DOS DEPARTAMENTOS	DOS DEPARTAMENTOS
	SEÇÃO I
	Da administração
Sem correspondente	<p>Artigo 21 – O Departamento, menor fração da estrutura universitária para os efeitos de organização didático-científica e administrativa, será dirigido por:</p> <p>I – Conselho do Departamento;</p> <p>II - Chefia do Departamento.</p>
Artigo 26 – A organização, competência e órgãos de Direção dos Departamentos estão previstos nos arts. 52 e 53 do Estatuto e regulamentados nos arts. 43 a 46 do Regimento Geral.	Artigo 22 – A organização e competência dos Departamentos estão previstas no art. 52 do Estatuto e art. 43 do Regimento Geral.
	SEÇÃO II
	Do Conselho do Departamento
<p>Artigo 27 – A constituição do Conselho do Departamento está prevista no art. 54 do Estatuto e seus incisos e parágrafos.</p> <p>Parágrafo Único – A representação dos Professores Titulares do Departamento será de setenta e cinco por cento, assegurado um mínimo de cinco.</p>	<p>Artigo 23 – A constituição do Conselho do Departamento está prevista no art. 54 do Estatuto.</p> <p>Parágrafo Único – Todos os Professores Titulares farão parte do Conselho do Departamento.</p>
<p>Artigo 28 – Além do disposto no art. 45 do Regimento Geral e de acordo com o seu inciso XVII, compete ainda ao Conselho de Departamento:</p> <p>I - analisar, avaliar e gerenciar as atividades multidisciplinares de ensino, pesquisa, cultura e extensão de acordo com os</p>	<p>Artigo 24 – Além das competências elencadas no Art. 45 do Regimento Geral, cabe ao Conselho do Departamento:</p> <p>I - propor políticas de pesquisa, ensino, cultura e extensão universitária no âmbito do Departamento, em consonância com as diretrizes da EERP e da Universidade de São Paulo;</p> <p>II - avaliar e gerenciar as atividades multidisciplinares de ensino, pesquisa, cultura e extensão de acordo com os</p>

objetivos e recursos do Departamento;	objetivos e recursos do Departamento, em consonância com as diretrizes da EERP e da Universidade de São Paulo;
II - indicar, no que couber, os representantes do Departamento nas Comissões e Colegiados;	III - (...)
III - acatar as deliberações da Congregação no âmbito do exercício de sua competência;	suprimir
IV - apreciar e encaminhar os relatórios individuais, circunstanciados, à Direção da Unidade atendendo o disposto no art. 104 do Estatuto;	IV - apreciar e encaminhar à Congregação, anualmente, o relatório do conjunto das atividades dos docentes do Departamento;
V - estabelecer os critérios para a seleção dos alunos monitores, estagiários e bolsistas.	(...)
Artigo 29 - O Conselho do Departamento reunir-se-á em sessões ordinárias e extraordinárias de acordo com o Regimento do Departamento.	Artigo 25 - (...)
	SEÇÃO III
	Do Chefe do Departamento
Artigo 30 - A eleição do Chefe do Departamento e respectivo suplente obedecerá o disposto no art. 55, seus incisos e parágrafos, do Estatuto e nos arts. 213, caput e parágrafo único, e 214 do Regimento Geral.	Artigo 26 - A eleição do Chefe do Departamento e respectivo suplente obedecerá aos dispositivos estatutários e regimentais vigentes na USP.
Sem correspondente	Artigo 27 - As competências atribuídas ao Chefe do Departamento são as previstas no art. 46 do Regimento Geral.
CAPÍTULO IV	TÍTULO III
DO ENSINO	DO ENSINO
Artigo 31 - O ensino da EERP será ministrado em cursos de graduação, pós-graduação e extensão universitária.	Artigo 28 - (...)
Artigo 32 - O prazo máximo para integralização do curso de graduação em Enfermagem será de 7 (sete) anos.	Artigo 29 - O prazo máximo para integralização do curso de Bacharelado em Enfermagem será de sete anos (14 semestres) e do curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem será de oito anos (16 semestres).
Artigo 33 - A EERP qualificará candidatos para outorga dos seguintes diplomas, títulos e certificados:	Artigo 30 - A EERP qualificará candidatos para outorga dos seguintes diplomas e títulos:

<p>I - Diplomas de: Enfermeiro; Licenciado em Enfermagem;</p> <p>II - Títulos de: Mestre; Doutor; Livre Docente;</p> <p>III - Certificados de: aprovação em disciplina; conclusão em cursos de extensão universitária, aprovados pelos órgãos competentes.</p>	<p>I - Diplomas de: Bacharel em Enfermagem; Bacharel e Licenciado em Enfermagem;</p> <p>II - Títulos de: Mestre em Ciências; Doutor em Ciências; Livre Docente.</p> <p>suprimir</p>
<p>Artigo 34 – Poderá haver participação de docentes da EERP em cursos de outras instituições, desde que aprovado pelo Departamento a que pertença o docente.</p>	<p>Artigo 31 – Poderá haver participação de docentes da EERP em cursos de outras instituições, desde que aprovado pelo Departamento, a que pertença o docente, obedecendo-se as normas e legislação pertinente da USP.</p>
	TÍTULO IV
	DO CORPO DOCENTE
CAPÍTULO V	CAPÍTULO I
DA CARREIRA DOCENTE	DA CARREIRA DOCENTE
	SEÇÃO I
	Disposições gerais
<p>Artigo 35 – Os cargos e funções da carreira universitária, os concursos para preenchimento desses cargos e funções, a obtenção de títulos, os contratos, o regime de trabalho e as transferências do pessoal docente são regulamentados pelo que dispõe o Estatuto e o Regimento Geral.</p>	<p>Artigo 32 – (...)</p>
<p>Artigo 36 – Atendendo o disposto no art. 126 do Regimento Geral, fica estabelecido que quando existir mais de um candidato inscrito em concurso, a Comissão Julgadora levará em conta a ordem de inscrição para elaborar o calendário das provas.</p>	<p>Artigo 33 – (...)</p>
<p>Artigo 37 – De acordo com o art. 127 do Regimento Geral o Departamento que abrigar especialidades suficientemente distintas, passíveis de definição por disciplina ou conjunto de disciplinas, poderá mediante justificação indicar a especialidade escolhida e o respectivo programa.</p>	<p>Suprimir</p>
<p>Artigo 38 – Na prova pública de arguição</p>	<p>Artigo 34 – Na prova pública de arguição</p>

dos concursos para provimento dos cargos da carreira docente, bem como para a livre-docência, cada examinador, iniciando-se pelo membro estranho à Unidade e sempre do menos titulado para o mais titulado, terá até trinta minutos para argüir, reservando-se igual prazo para o candidato responder.	dos concursos para provimento dos cargos da carreira docente, bem como para a livre-docência, cada examinador, iniciando-se pelo membro estranho à Unidade e sempre do menos titulado para o mais titulado, terá até 30 (trinta) minutos para argüir, reservando-se igual prazo para o candidato responder
Parágrafo Único – O diálogo será permitido quando o examinador e o candidato concordarem e, neste caso, o tempo será de uma hora.	Parágrafo único – O diálogo será permitido quando o examinador e o candidato concordarem e, neste caso, o tempo será de 60 (sessenta) minutos.
	SEÇÃO II
DOS CONCURSOS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR DOUTOR	Dos concursos para os cargos de Professor Doutor
Artigo 39 – As inscrições para os concursos de provimento de cargos de Professor Doutor serão abertas pelo prazo de sessenta dias.	Artigo 35 – As inscrições para os concursos de provimento de cargos de Professor Doutor serão abertas pelo prazo de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias.
Artigo 40 – As provas do concurso para provimento de cargo de Professor Doutor estão previstas nos arts. 79 do Estatuto e 135 do Regimento Geral da USP. § 1º - A prova a que se referem os incisos III dos arts. 79 do Estatuto e 135 do Regimento Geral da USP será escrita e será realizada de acordo com o art. 139 do Regimento Geral da USP. § 2º - Atendendo o disposto no parágrafo 1º do art. 140 do Regimento Geral da USP, são estes os pesos para as provas: julgamento do memorial com prova pública de arguição – 4 (quatro); prova didática – 4 (quatro) e prova escrita – 2 (dois).	Artigo 36 – (...) suprimir Suprimir
	Artigo 37 - As provas para o concurso de Professor Doutor serão feitas em duas fases e constam de: I - prova escrita; II - julgamento do memorial com prova pública de arguição; III - prova didática; IV – julgamento do projeto de pesquisa na área de conhecimento do concurso, com prova pública de arguição.

	<p>§ 1º - A prova escrita será eliminatória e o candidato que obtiver nota menor do que 7,0 (sete), da maioria dos membros da Comissão Julgadora, será eliminado do concurso.</p> <p>§ 2º - A prova escrita far-se-á nos termos do art. 139 do Regimento Geral da USP.</p> <p>§ 3º - A Comissão Julgadora apresentará, em sessão pública, as notas recebidas pelos candidatos na prova escrita.</p>
	<p>Artigo 38 - O julgamento do memorial com prova pública de arguição far-se-á nos termos do art. 136 do Regimento Geral e terá peso 4 (quatro).</p>
	<p>Artigo 39 - A prova didática far-se-á nos termos do art. 137 do Regimento Geral e terá peso 4 (quatro).</p>
	<p>Artigo 40 - O julgamento do projeto de pesquisa terá peso 2 (dois) e consistirá de apresentação pública do projeto de pesquisa, seguida de arguição.</p> <p>§ 1º - O candidato terá até 30 (trinta) minutos para apresentação pública do projeto de pesquisa.</p> <p>§ 2º - A arguição do projeto de pesquisa dar-se-á nos termos do art. 34 deste Regimento.</p> <p>§ 3º - No julgamento do projeto de pesquisa, a comissão julgadora apreciará:</p> <p>I – a adequação ao programa descrito no edital do concurso;</p> <p>II – a contribuição original;</p> <p>III – o domínio do assunto;</p> <p>IV – a coerência interna: objeto de estudo, objetivo e método;</p> <p>V – a exequibilidade.</p>
	SEÇÃO III
DOS CONCURSOS PARA OS CARGOS DE	Dos concursos para os cargos de

PROFESSOR TITULAR	Professor Titular
Artigo 41 – As provas do concurso para o cargo de Professor Titular estão previstas nos arts. 80, parágrafo 2º, do Estatuto e 152 do Regimento Geral e sua realização deverá obedecer ao disposto nos arts. 149 a 162 do Regimento Geral.	Artigo 41 – (...)
Artigo 42 – Atendendo ao disposto no parágrafo único do art. 153 do Regimento Geral, o peso para cada prova será: julgamento dos títulos: 4 (quatro); prova pública oral de erudição: 2 (dois); prova pública de arguição: 4 (quatro).	Artigo 42 – (...)
	SEÇÃO IV
DA LIVRE DOCÊNCIA	Da Livre-Docência
Artigo 43 – As provas para a obtenção do Título de Livre-Docente estão previstas nos arts. 82 do Estatuto e 167 do Regimento Geral, e sua realização deverá obedecer ao disposto nos arts. 163 a 181 do Regimento Geral.	Artigo 43 – (...)
<p>Artigo 44 – No mês de dezembro, a Congregação estabelecerá os meses de abertura de concursos para livre-docência, referentes ao primeiro e segundo semestres letivos, para cada um dos Departamentos.</p> <p>§ 1º - O prazo para recebimento de inscrições ao concurso de livre-docência, em cada um dos semestres será de trinta dias.</p> <p>§ 2º - Caberá a Congregação aprovar os programas propostos pelos Departamentos, segundo as especialidades abrigadas pelos mesmos.</p> <p>§ 3º - Nos concursos de livre-docência, todas as especialidades de cada um dos Departamentos deverão ser contempladas, constando do edital e com a indicação dos respectivos programas.</p>	<p>Artigo 44 – (...)</p> <p>§ 1º - O prazo para recebimento de inscrições ao concurso de livre-docência, em cada um dos semestres será de 30 (trinta) dias.</p> <p>(...)</p> <p>(...)</p>
Artigo 45 – O <i>modus faciendi</i> da prova de avaliação didática, prevista no item IV do art. 82 do Estatuto, será escrita e constará de um plano de aula, conjunto de aulas ou programa de uma disciplina a nível de pós-graduação e será realizada de acordo com o art. 174 e seus incisos do Regimento Geral.	Artigo 45 – A prova de avaliação didática, prevista no item IV do art. 82 do Estatuto, será escrita e constará de um plano de aula, conjunto de aulas ou programa de uma disciplina de pós-graduação, realizada de acordo com o art. 174 e seus incisos do Regimento Geral.

Artigo 46 – Atendendo o disposto no parágrafo único do art. 177 do Regimento Geral, o peso para cada prova será: prova escrita: 1 (um); defesa de tese ou de texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela: 3 (três); julgamento do memorial com prova pública de arguição: 4 (quatro); avaliação didática: 2 (dois).	Artigo 46 – (...)
	SEÇÃO V
DAS COMISSÕES JULGADORAS DOS CONCURSOS	Das comissões julgadoras dos concursos
Artigo 47 – As Comissões Julgadoras dos concursos para os cargos de Professor Doutor, Professor Titular e para o concurso de Livre-Docência obedecerão ao disposto nos arts. 182 a 193 do Regimento Geral.	Artigo 47 – (...)
Artigo 48 – A Presidência das comissões julgadoras dos concursos obedecerá ao preceituado nos arts. 185, 189 e 193 do Regimento Geral.	Artigo 48 – (...).
CAPÍTULO VI	TÍTULO V
DO CORPO DISCENTE	DO CORPO DISCENTE
	CAPÍTULO I
	DA CONSTITUIÇÃO
Artigo 49 – A constituição do corpo discente está prevista no art. 203 do Regimento Geral.	Artigo 49 – (...)
Artigo 50 – O regime disciplinar obedecerá as normas a serem estabelecidas, observado o disposto no art. 4º das Disposições Transitórias do Regimento Geral.	Suprimir
	CAPÍTULO II
DOS ALUNOS MONITORES	DOS ALUNOS MONITORES
Artigo 51 – Conforme disposto nos arts. 208 e 209 do Regimento Geral poderá ser fixado anualmente o número de alunos monitores com a finalidade de estimular o estudo de problemas na área de enfermagem, a pesquisa científica, e a didática ou treinamento e desenvolvimento profissional.	Artigo 50 – (...)
§ 1º - O aluno deverá estar regularmente matriculado no 2º, 3º ou 4º ano do Curso de Graduação em Enfermagem, ou em programa de Pós-Graduação;	Passa a ser § 1º do art. 51
§ 2º - Compete ao Conselho de Departamento interessado a seleção dos	Artigo 51 - Compete ao Conselho de Departamento interessado a seleção dos

<p>monitores, de acordo com o que preceitua o parágrafo único do art. 209 do Regimento Geral.</p> <p>§ 3º - O aluno monitor deverá cumprir carga horária estabelecida pelo Conselho do Departamento.</p>	<p>monitores, de acordo com o que preceitua o parágrafo único do art. 209 do Regimento Geral.</p> <p>§ 1º - O aluno deverá estar regularmente matriculado, no mínimo, no segundo ano dos Cursos de Graduação em Enfermagem ou em Programa de Pós-Graduação.</p> <p>§ 2º - O Departamento fará o recrutamento por meio de edital.</p> <p>§ 3º - O processo seletivo será definido, a cada edital, pelo Conselho do Departamento.</p> <p>§ 4º - O aluno monitor deverá cumprir carga horária máxima de 8 (oito) horas semanais de trabalho e, fora do período letivo, poderá se estender até 24 (vinte e quatro) horas semanais, a critério do Conselho do Departamento.</p>
<p>Artigo 52 – Haverá duas categorias de Monitores: voluntários, sem direito a remuneração e bolsistas com direito a gratificação mensal, desde que a Unidade ou os Departamentos disponham de recursos específicos para esta finalidade.</p> <p>Parágrafo Único – A critério do Conselho do Departamento poderá haver mais de um aluno-monitor remunerado por Departamento, onerando o próprio Departamento.</p>	<p>Artigo 52 – (...)</p>
<p>Artigo 53 – Havendo disponibilidade de recursos, o valor individual da bolsa de monitores, bem como o critério de sua distribuição entre os Departamentos será estabelecido pelo CTA atendendo-se as instruções específicas dos órgãos competentes.</p>	<p>Artigo 53 – (...)</p>
<p>sem correspondente</p>	<p>Artigo 54 – Não serão admitidos e terão o programa de monitoria cancelado os monitores que, em qualquer época do curso, tiverem punições por infrações disciplinares ou reprovações.</p>
<p>Artigo 54 – No certificado de aluno monitor, expedido pelo Departamento, deverá constar:</p> <p>I - carga horária, período e avaliação;</p>	<p>Artigo 55 – (...)</p>

II - programa desenvolvido.	
	TÍTULO VI
Sem correspondente	DO REGIME DISCIPLINAR
	Artigo 56 - Cabe aos docentes, discentes e servidores técnicos e administrativos manterem a fiel observância dos preceitos exigidos para a boa ordem e dignidade da Universidade, conforme preceitua o art. 94 do Estatuto, bem como a manutenção do patrimônio material e imaterial da Universidade.
	Artigo 57 - As relações humanas no âmbito da Universidade de São Paulo são norteadas pelo seu Código de Ética, cujos preceitos aplicam-se aos docentes, servidores técnicos e administrativos e discentes bem como a todos aqueles que se utilizem de bens da Universidade.
CAPÍTULO VII	TÍTULO VII
DIGNIDADES UNIVERSITÁRIAS	DIGNIDADES UNIVERSITÁRIAS
Artigo 55 - A Congregação poderá propor ao Conselho Universitário a concessão do título de Doutor <i>Honoris Causa</i> e de Professor Emérito da Universidade de São Paulo, nos termos dos arts. 92 e 93 do Estatuto.	Artigo 58 - (...)
Artigo 56 - O título de Professor Emérito da EERP poderá ser concedido aos seus professores aposentados, que se distinguiram por suas atividades didáticas e de pesquisa ou que hajam contribuído, de modo notável, para o progresso da Universidade. Parágrafo Único - A concessão do título dependerá do voto favorável de pelo menos dois terços dos membros da Congregação.	Artigo 59 - (...)
Artigo 57 - Poderá a Congregação, mediante aprovação de dois terços de seus membros, instituir outras dignidades para agraciar docentes, funcionários, estudantes e personalidades que a seu juízo, mereçam a distinção.	Artigo 60 - Poderá a Congregação instituir, mediante aprovação de dois terços de seus membros, outras dignidades para agraciar docentes, servidores técnicos e administrativos, estudantes e personalidades que, a seu juízo, mereçam a distinção.

CAPÍTULO VIII	TÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS	DISPOSIÇÕES GERAIS
Artigo 58 – Na composição das comissões referidas no art. 4º deste Regimento será respeitada a representatividade dos Departamentos.	suprimir
Artigo 59 – A criação de Núcleos de Apoio, sediados na Escola, nos termos previstos no art. 55 do Regimento Geral, deverá ser apreciada pela Congregação, ouvidas as respectivas Comissões.	Artigo 61 – (...)
Sem correspondente	Artigo 62 – A reavaliação das atividades docentes, como preceitua o art. 104 do Estatuto, será feita de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão Permanente de Avaliação, mencionada no art. 202 do Regimento Geral.
Artigo 60 – Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Congregação, salvo expressa competência de outro órgão.	Artigo 63 – (...)
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	Suprimir
Artigo 61 – Cento e vinte dias após a vigência deste Regimento deverão ser submetidos à apreciação da Congregação os regimentos dos Departamentos e Colegiados	Suprimir



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

11

251

PG. P. 0136/12 - RUSP
RL/

AUTOS USP nº: 73.1.33272.1.2

INTERESSADO: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto

ASSUNTO: Proposta de reforma do Regimento Interno. Análise jurídico-formal.

P A R E C E R

Senhor Procurador Geral,

Trata-se de proposta de reforma do Regimento Interno da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (fls. 217/229), aprovada pela Congregação da Unidade em sua 352ª sessão, realizada em 1º de dezembro de 2011 (fls. 216).

Consta dos autos quadro sinótico comparativo da proposta (fls. 230/248).

Vêm os autos a esta Procuradoria, para análise jurídico-formal.

Em breve síntese, é o relatório. Passamos a opinar.

Observamos que a proposta apresenta alterações normativas profundas em relação ao Regimento Interno atual em vigor.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

252

Sob o aspecto formal, apontamos que a renumeração de artigos da proposta viola os incisos I, II e III do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 863, de 29 de dezembro de 1999, *in verbis*:

"Artigo 9º - A alteração das leis será feita por meio de substituição no próprio texto do dispositivo alterado ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras:

"I - não poderá ser modificada a numeração dos dispositivos alterados;

"II - é vedada a renumeração do texto, ainda que recomendável o acréscimo de novos dispositivos entre os preceitos legais em vigor (...)

"III - é vedado o reaproveitamento do número de dispositivo revogado, devendo a lei alterada manter esta indicação, seguida da expressão 'revogado';"

A fim de facilitar a introdução das alterações regimentais ora pretendidas, bem como assegurar a clareza da redação normativa, aconselhamos a revogação do atual Regimento da EERP – Resolução nº 4084, de 14 de junho de 1994, com a aprovação do presente projeto de reforma, que passará a vigorar como o Novo Regimento da Unidade.

A aprovação de Novo Regimento admite a necessária renumeração de artigos, conforme analisado no quadro sinótico acima, sem violar os incisos I, II e III do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 863/99.

A fim de facilitar a análise sob o aspecto jurídico-formal, o quadro sinótico abaixo apresenta, quando pertinente, sugestões de redação a alguns dispositivos da proposta.

Quadro-sinótico



72

Regimento em vigor	Proposta	Sugestões
Artigo 3º - A EERP é constituída dos seguintes Departamentos:	Artigo 3º - A EERP é constituída por Departamentos assim denominados:	Manter a redação atualmente em vigor. ✓
(...)	(...)	
Correspondente ao artigo 7º.	Artigo 6º - Além das atribuições previstas no art. 39 e de outras disposições do Regimento Geral, compete à Congregação: I - resolver os casos omissos, no âmbito de sua competência.	Artigo 6º - Além das atribuições previstas no art. 39 e de outras disposições do Regimento Geral, compete à Congregação resolver os casos omissos, no âmbito de sua competência. ✓
	CAPÍTULO III	(...)
DO DIRETOR	DO DIRETOR	DA DIRETORIA
Artigo 11 - Em conformidade com o disposto no art. 40 do Regimento Geral, o Conselho Técnico Administrativo é constituído:	Artigo 11 - (...)	(...)
(...)		
VI - por um representante dos servidores docentes;	VI - por um representante dos servidores técnicos e administrativos;	(...)
VII - por um representante docentes.	(...)	(...)
§ 1º - Os representantes referidos nos incisos IV e V serão eleitos pelos seus pares e terão mandato de 1 ano, permitida recondução.	(...)	§ 1º - Os representantes referidos nos incisos IV e V serão eleitos pelos seus pares e terão mandato de um ano, permitida recondução. ✓

¹ O § 3º do artigo 40 do Regimento Geral não prevê a recondução dos membros do inciso VII deste dispositivo.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

254

<p>§ 2º - Os representantes referidos nos incisos VI e VII serão eleitos pelos seus pares e terão mandato de 2 anos, permitida a recondução para os representantes indicados no inciso VI.</p>	<p>§ 2º - Os representantes referidos nos incisos VI e VII serão eleitos pelos seus pares e terão mandato de dois anos, permitida a recondução.¹</p> <p>§ 3º - Os presidentes das Comissões permanentes terão assento no CTA, na qualidade de convidados com direito à voz.</p>	<p>Manter a redação atualmente em vigor.</p> <p>(...)</p>
<p>Artigo 12 - Além do disposto no art. 41 do Regimento Geral, compete ao C.T.A.:</p> <p>I - aprovar convênios com instituições nacionais e internacionais;</p> <p>II. aprovar e disciplinar atividades interdepartamentais.</p>	<p>Artigo 12 - (...)</p> <p>I - aprovar convênios e assemelhados com órgãos e instituições nacionais e internacionais, com exceção de convênios previstos no inciso XXIX do art. 39 do Regimento Geral.</p> <p>Suprimir</p>	<p>Artigo 12 - Além do disposto no art. 41 do Regimento Geral, compete ao CTA aprovar convênios e assemelhados com órgãos e instituições nacionais e internacionais, com exceção de convênios previstos no inciso XXIX do art. 39 do Regimento Geral.</p>
<p>Artigo 14 - A Comissão de Graduação terá a seguinte constituição:</p> <p>I - seis docentes e seus respectivos suplentes, portadores da titulação mínima de Mestre,</p>	<p>Artigo 14 - (...)</p> <p>I - seis docentes, sendo dois por Departamento, (efetivos e respectivos suplentes), eleitos pela</p>	<p>(...)²</p> <p>I - seis docentes, sendo dois por Departamento, eleitos pela Congregação,</p>

² Observamos que se o número de docentes que compõe a Comissão de Graduação for superior a nove, a proposta deverá ser justificada para fins de aprovação pelo Conselho de Graduação, conforme determina o § 9º do artigo 1º da Resolução CoG nº 3741/90, acrescido pelo artigo 1º da Resolução CoG nº 3855/91.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

13

eleitos pela Congregação, ouvidos os Departamentos, com mandato de três anos, permitida a recondução e observado o disposto nos parágrafos 2º e 4º do art. 1º da Resolução CoG 3741/90, alterado pela Resolução CoG 3855/91 e art. 245, parágrafo único, do Regimento Geral;	Congregação, ouvidos os Departamentos, com mandato de três anos, permitida a recondução, observando-se a renovação anual pelo terço, obedecendo ao disposto nas normas e legislação pertinentes da USP;	ouvidos os Departamentos respectivos , com mandato de três anos, permitida a recondução e, observando-se a renovação anual pelo terço;
II - Revogado	II - coordenadores das Comissões de Coordenação de Cursos, os quais, em eventuais impedimentos, serão substituídos pelos respectivos Vice-Coordenadores;	II - Coordenadores das Comissões de Coordenação de Cursos, os quais, em eventuais impedimentos, serão substituídos pelos respectivos Vice-Coordenadores; e
III - representação discente e respectiva suplência, eleita pelos seus pares, correspondente a vinte por cento do total de docentes desse colegiado, com mandato de um ano, permitida a recondução.	III - representante discente e respectivo suplente, eleito pelo conjunto de alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação, em número correspondente a vinte por cento do total de docentes desse colegiado, com mandato de um ano, permitida a recondução.	III - representação discente eleita pelo conjunto de alunos (...).
§ 1º - Os Presidentes das Comissões de Coordenação de Cursos Intra-Unidade (CoCs-I) terão assento na Comissão de Graduação com direito a voz e, em seus impedimentos, serão	Suprimir	§ 1º - Os suplentes dos membros dos incisos I e III serão escolhidos da mesma forma que os titulares.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

256

substituídos pelos seus respectivos suplentes. § 2º - A Comissão de Graduação terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos pelos seus pares, obedecido o disposto no parágrafo 6º do art. 45 do Estatuto e sem prejuízo do determinado no parágrafo 7º do mesmo artigo.	Parágrafo único - A Comissão de Graduação terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos dentre seus membros docentes, obedecido ao disposto no parágrafo 5º do art. 45 do Estatuto e sem prejuízo do determinado no parágrafo 6º do mesmo artigo.	§ 2º - A Comissão de Graduação terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos dentre seus membros docentes, obedecido ao disposto nos §§ 5º e 6º do artigo 45 do Estatuto.
Artigo 15 - As atribuições e o funcionamento da Comissão de Graduação constarão de Regimento próprio, aprovado pela Congregação, conforme normas e diretrizes emanadas do Conselho de Graduação.	Suprimir	<i>Não há prejuízo na supressão, visto que a vigência do dispositivo independe de previsão no Regimento Interno da Unidade.</i>
Artigo 16 - Em conformidade com o artigo 2º, inciso X, da Resolução CoG 3741, de 26 de setembro de 1990, a Comissão de Graduação é o órgão responsável para verificar e emitir parecer sobre a equivalência entre o Diploma e Certificados da Graduação, obtidos no exterior, a ser revalidado e o correspondente expedido pela USP, de acordo com normas estabelecidas pelo Conselho de	Suprimir	<i>Não há prejuízo na supressão, visto que a vigência do dispositivo independe de previsão no Regimento Interno da Unidade.</i>



Graduação e observada a legislação vigente.		
<p>Artigo 18 - A Comissão de Pós-Graduação da EERP terá a seguinte constituição:</p> <p>I - seis docentes e seus respectivos suplentes, portadores, pelo menos, do Título de Doutor, que sejam orientadores credenciados pelo CoPGr e pertencente a respectiva Unidade, propostos pelos Conselhos dos Departamentos, eleitos pela Congregação, com mandato de três anos, permitida a recondução e observado o previsto no parágrafo 2º, do Art. 1º, da Resolução CoPGr 3774 e no Art. 245, parágrafo único, do Regimento Geral;</p> <p>II - representação discente e seu respectivo suplente, eleita pelos seus pares, constituída por alunos regularmente matriculados em Programa de Pós-Graduação da Unidade, não vinculados ao corpo docente da Universidade e correspondente a vinte por cento do total dos docentes desse</p>	<p>Artigo 16 - A Comissão de Pós-Graduação da EERP terá a seguinte constituição:</p> <p>I - seis docentes e respectivos suplentes, sendo membros natos três coordenadores de Programa e três representantes eleitos pelos orientadores credenciados em cada Programa, obedecendo ao disposto nas normas e legislação pertinentes da USP;</p> <p>II - representante discente e respectivo suplente, eleito pelo conjunto de alunos regularmente matriculados em programas de pós-graduação da EERP, em número correspondente a vinte por cento do total de docentes desse colegiado, com mandato de um ano, permitida uma recondução, assegurado o direito de voto, mas não de</p>	<p>(...)</p> <p>I - três Coordenadores de Programa de Pós-Graduação;</p> <p>II - três orientadores credenciados, um de cada Programa, eleitos pelos seus pares; e</p> <p>III - representação discente eleita pelo conjunto de alunos (...).</p>



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL

258

colegiado. O mandato será de um ano permitida a recondução, assegurado o direito de votação aos alunos que sejam também membros do corpo docente.	elegibilidade, aos alunos que sejam também membros do corpo docente ou servidores técnicos e administrativos.	<p>§ 1º - Os suplentes dos membros do colegiado serão escolhidos da mesma forma que os respectivos titulares.</p>
Parágrafo Único - A Comissão de Pós-Graduação terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos pelos seus pares, obedecido o disposto no parágrafo 6º do art. 45 do Estatuto e sem prejuízo do determinado no parágrafo 7º do mesmo artigo.	Parágrafo único - A Comissão de Pós-Graduação terá um Presidente e um suplente, eleitos dentre seus membros docentes, obedecido o disposto no parágrafo 5º do art. 45 do Estatuto e sem prejuízo do determinado no parágrafo 6º do mesmo artigo.	<p>§ 2º - A Comissão de Pós-Graduação terá um Presidente e um suplente, eleitos dentre seus membros docentes, obedecido o disposto nos §§ 5º e 6º do artigo 45 do Estatuto.</p>
Artigo 19 - As atribuições e funcionamento da Comissão de Pós-Graduação constarão de Regimento próprio, aprovado pela Congregação, conforme as normas emanadas do Conselho de Pós-Graduação.	Suprimir	<i>Não há prejuízo na supressão, visto que a vigência do dispositivo independe de previsão no Regimento Interno da Unidade.</i>
Artigo 20 - Em conformidade com o disposto nos arts. 116 e 117 do Regimento Geral, a Comissão de Pós-Graduação é o órgão responsável para verificar e emitir parecer sobre o reconhecimento da	Suprimir	<i>Não há prejuízo na supressão, visto que a vigência do dispositivo independe de previsão no Regimento Interno da Unidade.</i>



equiparação e revalidação de títulos e certificados de Pós-Graduação, obtidos em Instituições de Ensino Superior do País ou do exterior, submetendo-os à Congregação de acordo com normas estabelecidas pelo Conselho de Pós-Graduação.		
<p>Artigo 22 - A Comissão de Pesquisa da EERP terá a seguinte constituição:</p> <p>I - três docentes e seus respectivos suplentes, portadores, pelo menos, do Título de Doutor, propostos pelos Conselhos dos Departamentos e eleitos pela Congregação, com mandato de três anos permitida a recondução, observando-se a renovação anual pelo terço;</p> <p>II - representação discente e respectivo suplente, eleita pelos alunos da Pós-Graduação regularmente matriculados na Unidade, não vinculados ao corpo docente da Universidade, correspondente a dez por cento do total dos Docentes membros do colegiado, com</p>	<p>Artigo 18 - A Comissão de Pesquisa da EERP terá a seguinte constituição:</p> <p>I - seis docentes, sendo dois por Departamento, efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Congregação, ouvidos os Departamentos, com mandato de três anos, permitida a recondução, observando-se a renovação anual pelo terço, obedecendo ao disposto nas normas e legislação pertinentes da USP;</p> <p>II - representante discente e respectivo suplente, eleito pelo conjunto de alunos de programas de pós-graduação regularmente matriculados na Unidade, em número correspondente a dez por cento do total de docentes desse colegiado, com mandato de um ano, permitida uma recondução, assegurado o direito de</p>	<p>(...)</p> <p>I - seis docentes, sendo dois por Departamento, eleitos pela Congregação, ouvidos os Departamentos respectivos, com mandato de três anos, permitida a recondução e, observando-se a renovação anual pelo terço; e</p> <p>II - representação discente eleita pelo conjunto de alunos (...)</p>



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL

280

<p>mandato de um ano permitida a recondução, assegurado o direito de votação aos alunos que sejam também membros do corpo docente.</p>	<p>voto, mas não de elegibilidade, aos alunos que sejam também membros do corpo docente ou servidores técnicos e administrativos.</p>	<p>§ 1º - Os suplentes dos membros do colegiado serão escolhidos da mesma forma que os titulares.</p>
<p>§ 1º - A Comissão de Pesquisa terá um Presidente e um Vice-Presidente eleitos pelos seus pares, obedecido ao disposto no parágrafo 6º do Art. 45 do Estatuto e sem prejuízo do determinado no parágrafo 7º do mesmo artigo.</p>	<p>Parágrafo único - A Comissão de Pesquisa terá um Presidente e um Vice-Presidente eleitos dentre seus membros, obedecido ao disposto no parágrafo 5º do Art. 45 do Estatuto e sem prejuízo do determinado no parágrafo 6º do mesmo artigo.</p>	<p>§ 2º - A Comissão de Pesquisa terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos dentre seus membros docentes, obedecido ao disposto nos §§ 5º e 6º do artigo 45 do Estatuto.</p>
<p>§ 2º - As atribuições e funcionamento da Comissão de Pesquisa constarão de Regimento próprio, aprovado pela Congregação, conforme normas e diretrizes emanadas do Conselho de Pesquisa.</p>	<p>Suprimir</p>	<p>Não há prejuízo na supressão, visto que a vigência do dispositivo independe de previsão no Regimento Interno da Unidade.</p>
<p>Artigo 24 - A Comissão de Cultura e Extensão Universitária terá a seguinte constituição:</p> <p>I - cinco docentes e seus respectivos suplentes, portadores, pelo menos, do Título de Mestre, propostos</p>	<p>Artigo 20 - A Comissão de Cultura e Extensão Universitária terá a seguinte constituição:</p> <p>I - seis docentes, sendo dois por Departamento, efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Congregação, ouvidos os</p>	<p>(...)</p> <p>I - seis docentes, sendo dois por Departamento, eleitos pela Congregação, ouvidos os</p>



<p>pelos Conselhos dos Departamentos e eleitos pela Congregação com mandato de três anos, permitida a recondução, observando-se o disposto no parágrafo 1º do art. 18 da Resolução 4940, de 26.06.2002;</p> <p>II - representação discente e seu respectivo suplente, proporcionalmente eleitos pelos alunos matriculados no Curso de Graduação ou Pós-Graduação, correspondente a dez por cento dos docentes membros do colegiado e com mandato de um ano, permitida a recondução.</p> <p>Parágrafo Único - A Comissão de Cultura e Extensão Universitária terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos pelos seus pares, obedecendo ao</p>	<p>Departamentos, com mandato de três anos, permitida a recondução, observando-se a renovação anual pelo terço, obedecendo ao disposto nas normas e legislação pertinentes da USP;</p> <p>II - representante discente e respectivo suplente, eleito pelo conjunto de alunos de <u> cursos de graduação e de programas de pós-graduação</u>, regularmente matriculados na Unidade, em número correspondente a dez por cento do total de docentes desse colegiado, com mandato de um ano, permitida a recondução.</p> <p>Parágrafo único - A Comissão de Cultura e Extensão Universitária terá um Presidente e um Vice-Presidente eleitos dentre seus membros, obedecido ao disposto no</p>	<p>Departamentos respectivos, com mandato de três anos, permitida a recondução e, observando-se a renovação anual pelo terço; e</p> <p>II - representação discente eleita pelo conjunto de alunos de programas de pós-graduação regularmente matriculados na Unidade, em número correspondente a dez por cento do total de docentes desse colegiado, com mandato de um ano, permitida uma recondução, assegurado o direito de voto, mas não de elegibilidade, aos alunos que sejam também membros do corpo docente ou servidores técnicos e administrativos.)</p> <p>§ 1º - Os suplentes dos membros do colegiado serão escolhidos da mesma forma que os titulares.</p> <p>§ 2º - A Comissão de <u>Pesquisa</u> terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos dentre seus membros docentes, obedecido ao disposto nos §§ 5º e 6º</p>
--	---	---



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

262

disposto no parágrafo 6º do art. 45 do Estatuto, e sem prejuízo do determinado no parágrafo 7º do mesmo artigo.	parágrafo 5º do Artigo 45 do Estatuto e sem prejuízo do determinado no parágrafo 6º do mesmo artigo.	do artigo 45 do Estatuto.
Artigo 28 - Além do disposto no art. 45 do Regimento Geral e de acordo com o seu inciso XVII, compete ainda ao Conselho de Departamento:	Artigo 24 - Além das competências elencadas no Art. 45 do Regimento Geral, cabe ao Conselho do Departamento: I - propor políticas de pesquisa, ensino, cultura e extensão universitária no âmbito do Departamento, em consonância com as diretrizes da EERP e da Universidade de São Paulo;	Artigo 24 - Além das competências enumeradas no art. 45 do Regimento Geral, cabe ao Conselho do Departamento: (...)
I - analisar, avaliar e gerenciar as atividades multidisciplinares de ensino, pesquisa, cultura e extensão de acordo com os objetivos e recursos do Departamento;	II - avaliar e gerenciar as atividades multidisciplinares de ensino, pesquisa, cultura e extensão de acordo com os objetivos e recursos do Departamento, em consonância com as diretrizes da EERP e da Universidade de São Paulo;	
II - indicar, no que couber, os representantes do Departamento nas Comissões e Colegiados;	III - (...)	
III - acatar as deliberações da Congregação no âmbito do exercício de	Suprimir	



<p>sua competência;</p> <p>IV - apreciar e encaminhar os relatórios individuais, circunstanciados, à Direção da Unidade atendendo o disposto no art. 104 do Estatuto;</p> <p>V - estabelecer os critérios para a seleção dos alunos monitores, estagiários e bolsistas.</p>	<p>IV - apreciar e encaminhar à Congregação, anualmente, o relatório do conjunto das atividades dos docentes do Departamento;</p> <p>(...)</p>	<p><i>Não há prejuízo na supressão, visto que a vigência do dispositivo independe de previsão no Regimento Interno da Unidade.</i></p>
<p>Artigo 40 - As provas do concurso para provimento de cargo de Professor Doutor estão previstas nos artigos 79 do Estatuto e 135 do Regimento Geral da USP.</p> <p>§ 1º - A prova a que se referem os incisos III dos artigos 79 do Estatuto e 135 do Regimento Geral da USP será escrita e será realizada de acordo com o art. 139 do Regimento Geral da USP.</p> <p>§ 2º - Atendendo o disposto no § 1º do art. 140 do Regimento Geral da USP, são estes os pesos para as provas: julgamento do memorial com prova pública de arguição - 4</p>	<p>Artigo 37 - As provas para o concurso de Professor Doutor serão feitas em duas fases e constam de:</p> <p>I - prova escrita;</p> <p>II - julgamento do memorial com prova pública de arguição;</p> <p>III - prova didática;</p> <p>IV - julgamento do projeto de pesquisa na área de conhecimento do concurso, com prova pública de arguição.</p> <p>§ 1º - A prova escrita será eliminatória e o candidato que obtiver nota menor do que 7,0 (sete), da maioria dos membros da Comissão Julgadora, será eliminado do concurso.</p>	<p>(...)</p> <p>§ 1º - A prova escrita, que terá peso 1 (um),³ será eliminatória e o candidato que obtiver nota menor do que 7,0 (sete), da maioria dos membros da Comissão Julgadora, será</p>

³ O peso de cada prova deve ser indicado no Regimento da Unidade, por força do § 1º do artigo 140 do Regimento Geral. Cabe à Unidade decidir, por ocasião da abertura do concurso, se a nota da prova escrita, ainda que eliminatória, comporá o cálculo da nota final do candidato.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

264

(quatro); prova didática - 4 (quatro) e prova escrita - 2 (dois).	<p>§ 2º - A prova escrita far-se-á nos termos do art. 139 do Regimento Geral da USP.</p> <p>§ 3º - A Comissão Julgadora apresentará, em sessão pública, as notas recebidas pelos candidatos na prova escrita.</p>	eliminado do concurso. (...)
Artigo 51 - Conforme disposto nos arts. 208 e 209 do Regimento Geral poderá ser fixado anualmente o número de alunos monitores com a finalidade de estimular o estudo de problemas na área de enfermagem, a pesquisa científica, e a didática ou treinamento e desenvolvimento profissional.	Artigo 50 - (...)	(...)
§ 1º - O aluno deverá estar regularmente matriculado no 2º, 3º ou 4º ano do Curso de Graduação em Enfermagem, ou em programa de Pós-Graduação;	Passa a ser § 1º do art. 51	
§ 2º - Compete ao Conselho de Departamento interessado a seleção dos monitores, de acordo com o que preceitua o parágrafo único do art. 209 do Regimento Geral.	Artigo 51 - Compete ao Conselho de Departamento interessado a seleção dos monitores, de acordo com o que preceitua o parágrafo único do art. 209 do Regimento Geral.	(...)
	§ 1º - O aluno deverá estar regularmente	(...)



	matriculado, no mínimo, no segundo ano dos Cursos de Graduação em Enfermagem ou em Programa de Pós-Graduação.	§ 2º - Não serão admitidos e terão o programa de monitoria cancelado os monitores que, em qualquer época do curso, tiverem punições por infrações disciplinares ou reprovações.
	§ 2º - O Departamento fará o recrutamento por meio de edital.	<i>Suprimir⁴</i>
	§ 3º - O processo seletivo será definido, a cada edital, pelo Conselho do Departamento.	<i>Suprimir</i>
§ 3º - O aluno monitor deverá cumprir carga horária estabelecida pelo Conselho do Departamento.	§ 4º - O aluno monitor deverá cumprir carga horária máxima de 8 (oito) horas semanais de trabalho e, fora do período letivo, poderá se estender até 24 (vinte e quatro) horas semanais, a critério do Conselho do Departamento.	§ 3º - (...)
<i>Sem correspondente.</i>	Artigo 54 - Não serão admitidos e terão o programa de monitoria cancelado os monitores que, em qualquer época do curso, tiverem punições por infrações disciplinares ou reprovações.	<i>Transferido para o § 2º do artigo 51.</i>

⁴ O dispositivo já está abrangido pelo *caput*.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

266

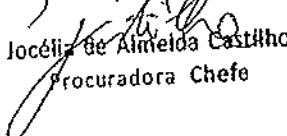
Com as considerações acima, recomendamos a reapreciação da proposta pela EERP.

À consideração superior.

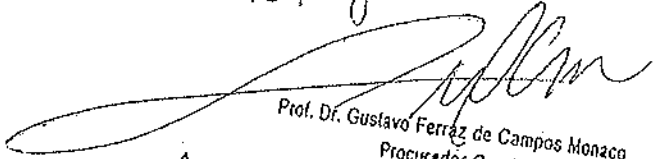
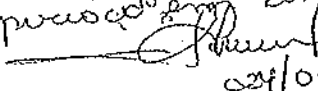
Se aprovado, encaminhem-se os autos ao GR.

Procuradoria Geral, 12 de janeiro 2012.


REGIS LATTOUF
Procurador
Procuradoria Acadêmica

De acordo
PG, 17/01/2012.

Jocélia de Almeida Castilho
Procuradora Chefe

Acolho o Parecer.
A EERP para análise
das sugestões
PG, 18. jan. 2012


Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco
Procurador Geral
A Comissão de Regimento
para análise preliminar e
A Comissão para
aprovação em abril/2012

02/01/2012

Profa. Dra. Silvana Martins Mishima
Vice-Diretora da EERP/USP



Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde
para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

Avenida Bandeirantes, 3900 - Ribeirão Preto - São Paulo - Brasil - CEP 14040-902
Fone: 55 16 3602.3382 - 55 16 3602.3381 - Fax: 55 16 3602.0518
www.eerp.usp.br - eerp@edu.usp.br

Informação

A Congregação, em sua 354ª sessão ordinária, realizada em 08 de março de 2012, apreciou as sugestões apresentadas pela Procuradoria Geral da Universidade de São Paulo, acerca de partes da proposta do texto do novo Regimento Interno desta Escola.

Na oportunidade, as sugestões foram consideradas pertinentes, deliberando-se favoravelmente pela aprovação, em sua totalidade.

Na releitura da proposta, a Unidade identificou a necessidade de ajuste de terminologia no artigo 14, inciso II, a fim de adequar nomenclaturas nos termos da Resolução CoG nº 5500, de 13 de janeiro de 2009, no que diz respeito à coordenação da comissão. Assim, o referido inciso ficou assim redigido:

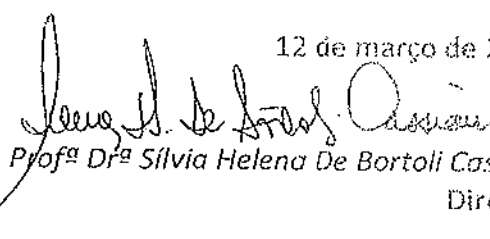
(...)

II - Coordenadores das Comissões de Coordenação de Cursos, os quais, em eventuais impedimentos, serão substituídos pelos respectivos Coordenadores Suplentes; e

(...)

De acordo com o despacho da Procuradoria Geral, envie-se ao Gabinete do Reitor, para providências que couberem.

12 de março de 2012.


Profª Drª Sílvia Helena De Bortoli Cassiani
Diretora



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde
para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem

Avenida Bandeirantes, 3900 - Ribeirão Preto - São Paulo - Brasil - CEP 14040-902
Fone: 55 16 3602.3382 - 55 16 3602.3381 - Fax: 55 16 3602.0518
www.eerp.usp.br - eerp@edu.usp.br

268
AB

Ribeirão Preto, 28 de fevereiro de 2012

À Congregação
Silvia H. De Bortoli Cassiani
Profa. Dra. Sílvia H. De Bortoli Cassiani
Diretora da EERP/USP 02.03.12

Senhora Diretora

Após a análise do parecer da Procuradoria Geral da USP (P.G. 0136/12) sobre a reforma do Regimento Interno da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, aprovada pela Unidade em sua 352ª. sessão, a Comissão de Revisão do Regimento da EERP/USP, em reunião realizada em 28 de fevereiro, decidiu acatar todas as sugestões apresentadas no referido parecer.

Atenciosamente,

Prof. Dra. Lídia Aparecida Rossi

Prof Titular da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto

Coordenadora da Comissão de Revisão do Regimento da EERP/USP

Prof. Dra. Sílvia Helena De Bortoli Cassiani

MD. Diretora da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto

REGIMENTO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

TÍTULO I

DAS FINALIDADES E DA CONSTITUIÇÃO

Artigo 1º - A Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP) tem as seguintes finalidades:

- I - formar enfermeiros bacharéis e licenciados;
- II - formar pesquisadores e líderes de instituições de saúde, de ensino e de áreas afins;
- III - gerar e disseminar conhecimento em enfermagem e saúde;
- IV - prestar serviços à comunidade, em seu campo específico de atuação, e colaborar com órgãos e instituições públicas, filantrópicas e privados.

Artigo 2º - Para alcançar suas finalidades, a EERP manterá os cursos de Bacharelado em Enfermagem e de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem, além de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*.

Artigo 3º - A EERP é constituída dos seguintes Departamentos:

- I - Departamento de Enfermagem Geral e Especializada (ERG);
- II - Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas (ERP);
- III - Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Saúde Pública (ERM).

TÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO I

DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 4º - São órgãos de Administração da EERP:

- I - Congregação;
- II - Diretoria;
- III - Conselho Técnico Administrativo;
- IV - Comissão de Graduação;
- V - Comissão de Pós-Graduação;

VI - Comissão de Pesquisa;

VII - Comissão de Cultura e Extensão Universitária.

CAPÍTULO II

DA CONGREGAÇÃO

SEÇÃO I

Da composição

Artigo 5º - A composição da Congregação está prevista no art. 45 do Estatuto.

§ 1º - A representação docente a que se refere o inciso VII do art. 45 do Estatuto é integrada por:

I - professores titulares, em sua totalidade;

II - professores associados em número equivalente à metade dos professores titulares, assegurado um mínimo de quatro;

III - professores doutores em número equivalente a trinta por cento dos professores titulares, assegurado um mínimo de três.

§ 2º - Um representante dos antigos alunos de graduação e respectivo suplente, eleitos pelos seus pares, com mandato de um ano, admitindo-se uma recondução.

SEÇÃO II

Da competência

Artigo 6º - Além das atribuições previstas no art. 39 e de outras disposições do Regimento Geral, compete à Congregação resolver os casos omissos, no âmbito de sua competência.

Artigo 7º - A Congregação reunir-se-á, ordinariamente, de acordo com o calendário anualmente aprovado na última sessão do exercício e, extraordinariamente, quando convocada pelo Diretor ou quando requerida pela maioria simples dos seus membros.

Parágrafo Único – A Congregação terá o seu Regimento Interno que disciplinará o funcionamento deste Colegiado.

CAPÍTULO III

DA DIRETORIA

Artigo 8º - Além das competências estabelecidas no art. 42 e seus incisos do Regimento Geral da USP, são atribuições do Diretor:

I – apresentar, bianualmente, à Congregação, a síntese das ações realizadas e o planejamento para o próximo período de sua gestão;

II – apresentar, mensalmente, a execução orçamentária da EERP ao Conselho Técnico Administrativo;

III - representar e/ou designar representante da EERP junto a outras Instituições no intercâmbio de atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Artigo 9º - Subordinados ao Diretor estão os órgãos técnicos e administrativos da EERP, que terão a sua organização e funcionamento aprovados pelo Conselho Técnico Administrativo.

DO VICE-DIRETOR

Artigo 10 – Compete ao Vice-Diretor:

I - substituir o Diretor em seus impedimentos e faltas;

II - exercer atribuições delegadas pelo Diretor, nos termos do parágrafo 2º do art. 42 do Regimento Geral da USP.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

SEÇÃO I

Da composição

Artigo 11 – Em conformidade com o disposto no art. 40 do Regimento Geral da USP, o Conselho Técnico Administrativo (CTA) é constituído:

I - pelo Diretor;

II - pelo Vice-Diretor;

III - pelos Chefes dos Departamentos;

IV - por um representante discente da graduação;

V - por um representante discente da pós-graduação;

VI - por um representante dos servidores técnicos e administrativos;

VII - por um representante dos docentes.

§ 1º - Os representantes referidos nos incisos IV e V serão eleitos pelos seus pares e terão mandato de um ano, permitida recondução.

§ 2º - Os representantes referidos nos incisos VI e VII serão eleitos pelos seus pares e terão mandato de dois anos, permitida a recondução para os representantes indicados no inciso VI.

§ 3º - Os presidentes das Comissões permanentes terão assento no CTA, na qualidade de convidados com direito à voz.

SEÇÃO II

Da competência

Artigo 12 – Além do disposto no art. 41 do Regimento Geral, compete ao CTA aprovar convênios e assemelhados com órgãos e instituições nacionais e internacionais, com exceção de convênios previstos no inciso XXIX do art. 39 do Regimento Geral.

CAPÍTULO V

DA COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

SEÇÃO I

Da competência

Artigo 13 – À Comissão de Graduação cabe, de acordo com o disposto no art. 48 do Estatuto, traçar diretrizes e zelar pela execução dos programas determinados pelas estruturas curriculares, de forma integrada com as Comissões de Coordenação de Cursos, obedecendo ao disposto nas normas e legislação pertinentes da USP.

Parágrafo único - Caberá à Comissão de Graduação a gestão dos programas e projetos de apoio ao fortalecimento do ensino de graduação e de apoio à permanência estudantil, vinculados à Pró-Reitoria de Graduação.

SEÇÃO II

Da composição

Artigo 14 – A Comissão de Graduação terá a seguinte constituição:

I - seis docentes, sendo dois por Departamento, eleitos pela Congregação, ouvidos os Departamentos respectivos, com mandato de três anos, permitida a recondução e, observando-se a renovação anual pelo terço;

II - Coordenadores das Comissões de Coordenação de Cursos, os quais, em eventuais impedimentos, serão substituídos pelos respectivos coordenadores suplentes; e

III - representação discente eleita pelo conjunto de alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação, em número correspondente a vinte por cento do total de docentes desse colegiado, com mandato de um ano, permitida a recondução.

§ 1º - Os suplentes dos membros dos incisos I e III serão escolhidos da mesma forma que os titulares.

§ 2º - A Comissão de Graduação terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos dentre seus membros docentes, obedecendo ao disposto nos §§ 5º e 6º do artigo 45 do Estatuto.

CAPÍTULO VI

DA COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

SEÇÃO I

Da competência

Artigo 15 – À Comissão de Pós-Graduação cabe a gestão dos Programas de Pós-Graduação no âmbito da EERP, obedecendo ao disposto nas normas e legislação pertinentes da USP.

SEÇÃO II

Da composição

Artigo 16 – A Comissão de Pós-Graduação da EERP terá a seguinte constituição:

I – três Coordenadores de Programa de Pós-Graduação;

II – três orientadores credenciados, um de cada Programa, eleitos pelos seus pares e;

III – representação discente eleita pelo conjunto de alunos regularmente matriculados em programas de pós-graduação da EERP, em número correspondente a vinte por cento do total de docentes desse colegiado, com mandato de um ano, permitida uma recondução, assegurado o direito de voto, mas não de elegibilidade, aos alunos que sejam também membros do corpo docente ou servidores técnicos e administrativos.

§ 1º - Os suplentes dos membros do colegiado serão escolhidos da mesma forma que os respectivos titulares.

§ 2º - A Comissão de Pós-Graduação terá um Presidente e um suplente, eleitos dentre seus membros docentes, obedecendo ao disposto nos §§ 5º e 6º do artigo 45 do Estatuto.

CAPÍTULO VII

DA COMISSÃO DE PESQUISA

SEÇÃO I

Da competência

Artigo 17 – À Comissão de Pesquisa cabe traçar diretrizes, apoiar a atividade de pesquisa e zelar pela execução dos projetos, apreciar e deliberar sobre as atividades de pós-doutoramento, iniciação científica e outros projetos especiais da Pró-Reitoria de Pesquisa, no âmbito da EERP, obedecendo ao disposto nas normas e legislação pertinentes da USP.

SEÇÃO II

Da composição

Artigo 18 – A Comissão de Pesquisa da EERP terá a seguinte constituição:

I - seis docentes, sendo dois por Departamento, eleitos pela Congregação, ouvidos os Departamentos respectivos, com mandato de três anos, permitida a recondução e, observando-se a renovação anual pelo terço; e

II - representação discente eleita pelo conjunto de alunos de programas de pós-graduação regularmente matriculados na Unidade, em número correspondente a dez por cento do total de docentes desse colegiado, com mandato de um ano, permitida uma recondução, assegurado o direito de voto, mas não de elegibilidade, aos alunos que sejam também membros do corpo docente ou servidores técnicos e administrativos.

§ 1º - Os suplentes dos membros do colegiado serão escolhidos da mesma forma que os titulares.

§ 2º - A Comissão de Pesquisa terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos dentre seus membros docentes, obedecido ao disposto nos §§ 5º e 6º do artigo 45 do Estatuto.

CAPÍTULO VIII

DA COMISSÃO DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

SEÇÃO I

Da competência

Artigo 19 – À Comissão de Cultura e Extensão Universitária cabe traçar diretrizes, apoiar as atividades de cultura e extensão e zelar pela execução dos programas correspondentes, obedecendo ao disposto nas normas e legislação pertinentes da USP.

SEÇÃO II

Da composição

Artigo 20 – A Comissão de Cultura e Extensão Universitária terá a seguinte constituição:

I - seis docentes, sendo dois por Departamento, eleitos pela Congregação, ouvidos os Departamentos respectivos, com mandato de três anos, permitida a recondução e, observando-se a renovação anual pelo terço; e

II - representação discente eleita pelo conjunto de alunos de cursos graduação e de programas de pós-graduação, regularmente matriculados na Unidade, em número correspondente a dez por cento do total de docentes desse colegiado, com mandato de um ano, permitida a recondução, assegurado o direito de voto, mas não de elegibilidade, aos alunos que sejam também membros do corpo docente ou servidores técnicos e administrativos.

§ 1º - Os suplentes dos membros do colegiado serão escolhidos da mesma forma que os titulares.

§ 2º - A Comissão de Cultura e Extensão Universitária terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos dentre seus membros docentes, obedecido ao disposto nos §§ 5º e 6º do artigo 45 do Estatuto.

CAPÍTULO IX

DOS DEPARTAMENTOS

SEÇÃO I

Da administração

Artigo 21 – O Departamento, menor fração da estrutura universitária para os efeitos de organização didático-científica e administrativa, será dirigido por:

I – Conselho do Departamento;

II - Chefia do Departamento.

Artigo 22 - A organização e competência dos Departamentos estão previstas no art. 52 do Estatuto e art. 43 do Regimento Geral.

SEÇÃO II

Do Conselho do Departamento

Artigo 23 – A constituição do Conselho do Departamento está prevista no art. 54 do Estatuto.

Parágrafo Único – Todos os Professores Titulares farão parte do Conselho do Departamento.

Artigo 24 – Além das competências enumeradas no art. 45 do Regimento Geral, cabe ao Conselho do Departamento:

I - propor políticas de pesquisa, ensino, cultura e extensão universitária no âmbito do Departamento, em consonância com as diretrizes da EERP e da Universidade de São Paulo;

II - avaliar e gerenciar as atividades multidisciplinares de ensino, pesquisa, cultura e extensão de acordo com os objetivos e recursos do Departamento, em consonância com as diretrizes da EERP e da Universidade de São Paulo;

III - indicar, no que couber, os representantes do Departamento nas Comissões e Colegiados;

IV - apreciar e encaminhar à Congregação, anualmente, o relatório do conjunto das atividades dos docentes do Departamento;

V - estabelecer os critérios para a seleção dos alunos monitores, estagiários e bolsistas.

Artigo 25 – O Conselho do Departamento reunir-se-á em sessões ordinárias e extraordinárias de acordo com o Regimento do Departamento.

SEÇÃO III

Do Chefe do Departamento

Artigo 26 – A eleição do Chefe do Departamento e respectivo suplente obedecerá aos dispositivos estatutários e regimentais vigentes na USP.

Artigo 27 - As competências atribuídas ao Chefe do Departamento são as previstas no art. 46 do Regimento Geral da USP.

TÍTULO III

DO ENSINO

Artigo 28 – O ensino da EERP será ministrado em cursos de graduação, pós-graduação e extensão universitária.

Artigo 29 – O prazo máximo para integralização do curso de Bacharelado em Enfermagem será de sete anos (14 semestres) e do curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem será de oito anos (16 semestres).

Artigo 30 – A EERP qualificará candidatos para outorga dos seguintes diplomas e títulos:

I - Diplomas de:

Bacharel em Enfermagem;

Bacharel e Licenciado em Enfermagem;

II - Títulos de:

Mestre em Ciências;

Doutor em Ciências;

Livre Docente;

Artigo 31 – Poderá haver participação de docentes da EERP em cursos de outras instituições, desde que aprovado pelo Departamento, a que pertença o docente, obedecendo-se as normas e legislação pertinente da USP.

TÍTULO IV

DO CORPO DOCENTE

CAPÍTULO I

DA CARREIRA DOCENTE

SEÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 32 – Os cargos e funções da carreira universitária, os concursos para preenchimento desses cargos e funções, a obtenção de títulos, os contratos, o regime de trabalho e as transferências do pessoal docente são regulamentados pelo que dispõe o Estatuto e o Regimento Geral.

Artigo 33 – Atendendo o disposto no art. 126 do Regimento Geral, fica estabelecido que quando existir mais de um candidato inscrito em concurso, a Comissão Julgadora levará em conta a ordem de inscrição para elaborar o calendário das provas.

Artigo 34 – Na prova pública de arguição dos concursos para provimento dos cargos da carreira docente, bem como para a livre-docência, cada examinador, iniciando-se pelo membro estranho à Unidade e sempre do menos titulado para o mais titulado, terá até 30 (trinta) minutos para arguir, reservando-se igual prazo para o candidato responder.

Parágrafo Único – O diálogo será permitido quando o examinador e o candidato concordarem e, neste caso, o tempo será de 60 (sessenta) minutos.

SEÇÃO II

Dos concursos para os cargos de Professor Doutor

Artigo 35 – As inscrições para os concursos de provimento de cargos de Professor Doutor serão abertas pelo prazo de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias.

Artigo 36 – As provas do concurso para provimento de cargo de Professor Doutor estão previstas nos arts. 79 do Estatuto e 135 do Regimento Geral da USP.

Artigo 37 - As provas para o concurso de Professor Doutor serão feitas em duas fases e constam de:

I - prova escrita;

II - julgamento do memorial com prova pública de arguição;

III - prova didática;

IV – julgamento do projeto de pesquisa na área de conhecimento do concurso, com prova pública de arguição.

§ 1º - A prova escrita, que terá peso 1 (um), será eliminatória e o candidato que obtiver nota menor do que 7,0 (sete), da maioria dos membros da Comissão Julgadora, será eliminado do concurso.

§ 2º - A prova escrita far-se-á nos termos do art. 139 do Regimento Geral da USP.

§ 3º - A Comissão Julgadora apresentará, em sessão pública, as notas recebidas pelos candidatos na prova escrita.

Artigo 38 - O julgamento do memorial com prova pública de arguição far-se-á nos termos do art. 136 do Regimento Geral e terá peso 4 (quatro).

Artigo 39 - A prova didática far-se-á nos termos do art. 137 do Regimento Geral e terá peso 4 (quatro).

Artigo 40 - O julgamento do projeto de pesquisa terá peso 2 (dois) e consistirá de apresentação pública do projeto de pesquisa, seguida de arguição.

§ 1º - O candidato terá até 30 (trinta) minutos para apresentação pública do projeto de pesquisa.

§ 2º - A arguição do projeto de pesquisa dar-se-á nos termos do art. 34 deste Regimento.

§ 3º - No julgamento do projeto de pesquisa, a comissão julgadora apreciará:

I – a adequação ao programa descrito no edital do concurso;

II – a contribuição original;

III – o domínio do assunto;

IV – a coerência interna: objeto de estudo, objetivo e método;

V – a exequibilidade.

SEÇÃO III

Dos concursos para os cargos de Professor Titular

Artigo 41 – As provas do concurso para o cargo de Professor Titular estão previstas nos arts. 80, parágrafo 2º, do Estatuto e 152 do Regimento Geral e sua realização deverá obedecer ao disposto nos arts. 149 a 162 do Regimento Geral.

Artigo 42 – Atendendo ao disposto no parágrafo único do art. 153 do Regimento Geral, o peso para cada prova será: julgamento dos títulos: 4 (quatro); prova pública oral de erudição: 2 (dois); prova pública de arguição: 4 (quatro).

SEÇÃO IV

Da Livre-Docência

Artigo 43 – As provas para a obtenção do Título de Livre-Docente estão previstas nos arts. 82 do Estatuto e 167 do Regimento Geral, e sua realização deverá obedecer ao disposto nos arts. 163 a 181 do Regimento Geral.

Artigo 44 – No mês de dezembro, a Congregação estabelecerá os meses de abertura de concursos para livre-docência, referentes ao primeiro e segundo semestres letivos, para cada um dos Departamentos.

§ 1º - O prazo para recebimento de inscrições ao concurso de livre-docência, em cada um dos semestres será de 30 (trinta) dias.

§ 2º - Caberá a Congregação aprovar os programas propostos pelos Departamentos, segundo as especialidades abrigadas pelos mesmos.

§ 3º - Nos concursos de livre-docência, todas as especialidades de cada um dos Departamentos deverão ser contempladas, constando do edital e com a indicação dos respectivos programas.

Artigo 45 – A prova de avaliação didática, prevista no item IV do art. 82 do Estatuto, será escrita e constará de um plano de aula, conjunto de aulas ou programa de uma disciplina de pós-graduação, realizada de acordo com o art. 174 e seus incisos do Regimento Geral.

Artigo 46 – Atendendo o disposto no parágrafo único do art. 177 do Regimento Geral, o peso para cada prova será: prova escrita: 1 (um); defesa de tese ou de texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela: 3 (três); julgamento do memorial com prova pública de arguição: 4 (quatro); avaliação didática: 2 (dois).

SEÇÃO V

Das comissões julgadoras dos concursos

Artigo 47 – As Comissões Julgadoras dos Concursos para os cargos de Professor Doutor, Professor Titular e para o concurso de Livre-Docência obedecerão ao disposto nos arts. 182 a 193 do Regimento Geral.

Artigo 48 – A Presidência das comissões julgadoras dos concursos obedecerá ao preceituado nos arts. 185, 189 e 193 do Regimento Geral.

TÍTULO V

DO CORPO DISCENTE

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO

Artigo 49 – A constituição do corpo discente está prevista no art. 203 do Regimento Geral.

CAPÍTULO II

DOS ALUNOS MONITORES

Artigo 50 – Conforme disposto nos arts. 208 e 209 do Regimento Geral poderá ser fixado anualmente o número de alunos monitores com a finalidade de estimular o estudo de problemas na área de enfermagem, a pesquisa científica, e a didática ou treinamento e desenvolvimento profissional.

Artigo 51 - Compete ao Conselho de Departamento interessado a seleção dos monitores, de acordo com o que preceitua o parágrafo único do art. 209 do Regimento Geral.

§ 1º - O aluno deverá estar regularmente matriculado, no mínimo, no segundo ano dos Cursos de Graduação em Enfermagem ou em Programa de Pós-Graduação.

§ 2º - Não serão admitidos e terão o programa de monitoria cancelado os monitores que, em qualquer época do curso, tiverem punições por infrações disciplinares ou reprovações.

§ 4º - O aluno monitor deverá cumprir carga horária máxima de 8 (oito) horas semanais de trabalho e, fora do período letivo, poderá se estender até 24 (vinte e quatro) horas semanais, a critério do Conselho do Departamento.

Artigo 52 – Haverá duas categorias de monitores: voluntários, sem direito a remuneração e bolsistas com direito a gratificação mensal, desde que a Unidade ou os Departamentos disponham de recursos específicos para esta finalidade.

Parágrafo Único – A critério do Conselho do Departamento, poderá haver mais de um aluno monitor remunerado por Departamento, onerando o próprio Departamento.

Artigo 53 – Havendo disponibilidade de recursos, o valor individual da bolsa de monitores, bem como o critério de sua distribuição entre os Departamentos será estabelecido pelo CTA, atendendo-se as instruções específicas dos órgãos competentes.

Artigo 54 – No certificado de aluno-monitor, expedido pelo Departamento, deverá constar:

I - carga horária, período e avaliação;

II - programa desenvolvido.

TÍTULO VI

DO REGIME DISCIPLINAR

Artigo 55 - Cabe aos docentes, discentes e servidores técnicos e administrativos manterem a fiel observância dos preceitos exigidos para a boa ordem e dignidade da Universidade, conforme preceitua o art. 94 do Estatuto, bem como a manutenção do patrimônio material e imaterial da Universidade.

Artigo 56 - As relações humanas no âmbito da Universidade de São Paulo são norteadas pelo seu Código de Ética, cujos preceitos aplicam-se aos docentes,

servidores técnicos e administrativos e discentes bem como a todos aqueles que se utilizem de bens da Universidade.

TÍTULO VII

DIGNIDADES UNIVERSITÁRIAS

Artigo 57 – A Congregação poderá propor ao Conselho Universitário a concessão do título de Doutor *Honoris Causa* e de Professor Emérito da Universidade de São Paulo, nos termos dos arts. 92 e 93 do Estatuto.

Artigo 58 – O título de Professor Emérito da EERP poderá ser concedido aos seus professores aposentados, que se distinguiram por suas atividades didáticas e de pesquisa ou que tenham contribuído, de modo notável, para o progresso da Universidade.

Parágrafo Único – A concessão do título dependerá do voto favorável de pelo menos dois terços dos membros da Congregação.

Artigo 59 – Poderá a Congregação instituir, mediante aprovação de dois terços de seus membros, outras dignidades para agraciar docentes, servidores técnicos e administrativos, estudantes e personalidades que, a seu juízo, mereçam a distinção.

TÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 60 – A criação de Núcleos de Apoio, sediados na Escola, nos termos previstos no art. 55 do Regimento Geral, deverá ser apreciada pela Congregação, ouvidas as respectivas Comissões.

Artigo 61 – A reavaliação quinquenal das atividades docentes, como preceitua o art. 104 do Estatuto, será feita de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão Permanente de Avaliação, mencionada no art. 202 do Regimento Geral.

Artigo 62 – Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Congregação, salvo expressa competência de outro órgão.

Ref.: Processo 73.1.33272.1.2 – EERP

RELATÓRIO

Trata-se de proposta de reformulação do Regimento interno (em vigor desde 1994 com alterações no próprio ano de 1994, 1995, 1999, 2005 e 2008) da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, aprovada por sua Congregação em dezembro de 2011, alterando o conteúdo, suprimindo e acrescentando artigos, parágrafos e incisos da referida norma legal (fls.216/248). A Procuradoria Geral da USP analisou a proposta, apresentada em texto corrido e num quadro sinótico comparativo entre o Regimento atual e as mudanças sugeridas.

Para atender aos dispositivos legais que regem a matéria e visando “assegurar a clareza da redação normativa”, a Procuradoria Geral aconselha a revogação do atual Regimento, sugerindo que a proposta de reformulação passe “...a vigorar como Novo Regimento da Unidade”, além de apontar algumas correções necessárias no texto apresentado (fls.251/266). A EERP acatou todas as sugestões formuladas pela Procuradoria Geral (fls.269/281) e reformulou a redação do artigo 14, inciso II, a fim de ajustá-la ao que determina a Resolução CoG/5.500 (fl.267).

PARECER

A proposta – muito bem formulada pela EERP e criteriosamente revisada pelo Procurador Regis Lattouf, da PGUSP – está em consonância com as normas estatutárias e regimentais da Universidade e sugiro que seja APROVADA, *anexo*

Novo Regimento
São Paulo, 10 de abril de 2012.


PROF. DR. JOSE OTAVIO COSTA AULER JUNIOR

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

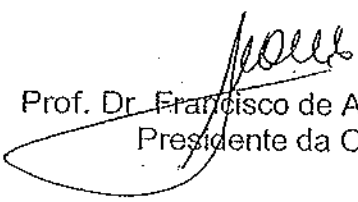
Rub. _____

Processo: 73.1.33272.1.2

Interessado: ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

A CLR, em sessão realizada em 11 de abril de 2012, aprovou o parecer do relator, favorável à proposta do novo Regimento da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto.

São Paulo, 12 de abril de 2012.


Prof. Dr. Francisco de Assis Leone
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluam-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 12 de abril de 2012.


Rubens Beçak
Secretário Geral



Secretaria Geral

RESOLUÇÃO Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2012.

Baixa o Regimento da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em _____ 2012, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regimento da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, anexo à presente Resolução.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Ficam revogadas as Resoluções nºs 4084/94, 4120/94, 4155/95, 4648/99, 5191/05 e 5481/08.

Reitoria da Universidade de São Paulo, _____ de _____ de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral



Secretaria Geral

REGIMENTO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

TÍTULO I

DAS FINALIDADES E DA CONSTITUIÇÃO

Artigo 1º - A Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP) tem as seguintes finalidades:

- I - formar enfermeiros bacharéis e licenciados;
- II - formar pesquisadores e líderes de instituições de saúde, de ensino e de áreas afins;
- III - gerar e disseminar conhecimento em enfermagem e saúde;
- IV - prestar serviços à comunidade, em seu campo específico de atuação, e colaborar com órgãos e instituições públicas, filantrópicas e privados.

Artigo 2º - Para alcançar suas finalidades, a EERP manterá os cursos de Bacharelado em Enfermagem e de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem, além de cursos de pós-graduação stricto sensu e lato sensu.

Artigo 3º - A EERP é constituída dos seguintes Departamentos:

- I - Departamento de Enfermagem Geral e Especializada (ERG);
- II - Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas (ERP);
- III - Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Saúde Pública (ERM).

TÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO I

DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 4º - São órgãos de Administração da EERP:

- I - Congregação;
- II - Diretoria;
- III - Conselho Técnico Administrativo;
- IV - Comissão de Graduação;



Secretaria Geral

V - Comissão de Pós-Graduação;

VI - Comissão de Pesquisa;

VII - Comissão de Cultura e Extensão Universitária.

CAPÍTULO II

DA CONGREGAÇÃO

SEÇÃO I

Da composição

Artigo 5º - A composição da Congregação está prevista no art. 45 do Estatuto.

§ 1º - A representação docente a que se refere o inciso VII do art. 45 do Estatuto é integrada por:

I - professores titulares, em sua totalidade;

II - professores associados em número equivalente à metade dos professores titulares, assegurado um mínimo de quatro;

III - professores doutores em número equivalente a trinta por cento dos professores titulares, assegurado um mínimo de três.

§ 2º - Um representante dos antigos alunos de graduação e respectivo suplente, eleitos pelos seus pares, com mandato de um ano, admitindo-se uma recondução.

SEÇÃO II

Da competência

Artigo 6º - Além das atribuições previstas no art. 39 e de outras disposições do Regimento Geral, compete à Congregação resolver os casos omissos, no âmbito de sua competência.

Artigo 7º - A Congregação reunir-se-á, ordinariamente, de acordo com o calendário anualmente aprovado na última sessão do exercício e, extraordinariamente, quando convocada pelo Diretor ou quando requerida pela maioria simples dos seus membros.

Parágrafo Único – A Congregação terá o seu Regimento Interno que disciplinará o funcionamento deste Colegiado.



Secretaria Geral

CAPÍTULO III**DA DIRETORIA**

Artigo 8º - Além das competências estabelecidas no art. 42 e seus incisos do Regimento Geral da USP, são atribuições do Diretor:

- I – apresentar, bianualmente, à Congregação, a síntese das ações realizadas e o planejamento para o próximo período de sua gestão;
- II – apresentar, mensalmente, a execução orçamentária da EERP ao Conselho Técnico Administrativo;
- III - representar e/ou designar representante da EERP junto a outras Instituições no intercâmbio de atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Artigo 9º - Subordinados ao Diretor estão os órgãos técnicos e administrativos da EERP, que terão a sua organização e funcionamento aprovados pelo Conselho Técnico Administrativo.

DO VICE-DIRETOR

Artigo 10 – Compete ao Vice-Diretor:

- I - substituir o Diretor em seus impedimentos e faltas;
- II - exercer atribuições delegadas pelo Diretor, nos termos do parágrafo 2º do art. 42 do Regimento Geral da USP.

CAPÍTULO IV**DO CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO****SEÇÃO I****Da composição**

Artigo 11 – Em conformidade com o disposto no art. 40 do Regimento Geral da USP, o Conselho Técnico Administrativo (CTA) é constituído:

- I - pelo Diretor;
- II - pelo Vice-Diretor;
- III - pelos Chefes dos Departamentos;
- IV - por um representante discente da graduação;
- V - por um representante discente da pós-graduação;
- VI - por um representante dos servidores técnicos e administrativos;
- VII - por um representante dos docentes.



Secretaria Geral

§ 1º - Os representantes referidos nos incisos IV e V serão eleitos pelos seus pares e terão mandato de um ano, permitida recondução.

§ 2º - Os representantes referidos nos incisos VI e VII serão eleitos pelos seus pares e terão mandato de dois anos, permitida a recondução para os representantes indicados no inciso VI.

§ 3º - Os presidentes das Comissões permanentes terão assento no CTA, na qualidade de convidados com direito à voz.

SEÇÃO II

Da competência

Artigo 12 – Além do disposto no art. 41 do Regimento Geral, compete ao CTA aprovar convênios e assemelhados com órgãos e instituições nacionais e internacionais, com exceção de convênios previstos no inciso XXIX do art. 39 do Regimento Geral.

CAPÍTULO V

DA COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

SEÇÃO I

Da competência

Artigo 13 – À Comissão de Graduação cabe, de acordo com o disposto no art. 48 do Estatuto, traçar diretrizes e zelar pela execução dos programas determinados pelas estruturas curriculares, de forma integrada com as Comissões de Coordenação de Cursos, obedecendo ao disposto nas normas e legislação pertinentes da USP.

Parágrafo único - Caberá à Comissão de Graduação a gestão dos programas e projetos de apoio ao fortalecimento do ensino de graduação e de apoio à permanência estudantil, vinculados à Pró-Reitoria de Graduação.

SEÇÃO II

Da composição

Artigo 14 – A Comissão de Graduação terá a seguinte constituição:

I - seis docentes, sendo dois por Departamento, eleitos pela Congregação, ouvidos os Departamentos respectivos, com mandato de três anos, permitida a recondução e, observando-se a renovação anual pelo terço;



Secretaria Geral

II - Coordenadores das Comissões de Coordenação de Cursos, os quais, em eventuais impedimentos, serão substituídos pelos respectivos coordenadores suplentes; e

III - representação discente eleita pelo conjunto de alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação, em número correspondente a vinte por cento do total de docentes desse colegiado, com mandato de um ano, permitida a recondução.

§ 1º - Os suplentes dos membros dos incisos I e III serão escolhidos da mesma forma que os titulares.

§ 2º - A Comissão de Graduação terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos dentre seus membros docentes, obedecendo ao disposto nos §§ 5º e 6º do artigo 45 do Estatuto.

CAPÍTULO VI

DA COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

SEÇÃO I

Da competência

Artigo 15 – À Comissão de Pós-Graduação cabe a gestão dos Programas de Pós-Graduação no âmbito da EERP, obedecendo ao disposto nas normas e legislação pertinentes da USP.

SEÇÃO II

Da composição

Artigo 16 – A Comissão de Pós-Graduação da EERP terá a seguinte constituição:

I – três Coordenadores de Programa de Pós-Graduação;

II – três orientadores credenciados, um de cada Programa, eleitos pelos seus pares e;

III – representação discente eleita pelo conjunto de alunos regularmente matriculados em programas de pós-graduação da EERP, em número correspondente a vinte por cento do total de docentes desse colegiado, com mandato de um ano, permitida uma recondução, assegurado o direito de voto, mas não de elegibilidade, aos alunos que sejam também membros do corpo docente ou servidores técnicos e administrativos.

§ 1º - Os suplentes dos membros do colegiado serão escolhidos da mesma forma que os respectivos titulares.

§ 2º - A Comissão de Pós-Graduação terá um Presidente e um suplente, eleitos dentre seus membros docentes, obedecendo ao disposto nos §§ 5º e 6º do artigo 45 do Estatuto.



Secretaria Geral

CAPÍTULO VII

DA COMISSÃO DE PESQUISA

SEÇÃO I

Da competência

Artigo 17 – À Comissão de Pesquisa cabe traçar diretrizes, apoiar a atividade de pesquisa e zelar pela execução dos projetos, apreciar e deliberar sobre as atividades de pós-doutoramento, iniciação científica e outros projetos especiais da Pró-Reitoria de Pesquisa, no âmbito da EERP, obedecendo ao disposto nas normas e legislação pertinentes da USP.

SEÇÃO II

Da composição

Artigo 18 – A Comissão de Pesquisa da EERP terá a seguinte constituição:

I - seis docentes, sendo dois por Departamento, eleitos pela Congregação, ouvidos os Departamentos respectivos, com mandato de três anos, permitida a recondução e, observando-se a renovação anual pelo terço; e

II - representação discente eleita pelo conjunto de alunos de programas de pós-graduação regularmente matriculados na Unidade, em número correspondente a dez por cento do total de docentes desse colegiado, com mandato de um ano, permitida uma recondução, assegurado o direito de voto, mas não de elegibilidade, aos alunos que sejam também membros do corpo docente ou servidores técnicos e administrativos.

§ 1º - Os suplentes dos membros do colegiado serão escolhidos da mesma forma que os titulares.

§ 2º - A Comissão de Pesquisa terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos dentre seus membros docentes, obedecido ao disposto nos §§ 5º e 6º do artigo 45 do Estatuto.

CAPÍTULO VIII

DA COMISSÃO DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

SEÇÃO I

Da competência



Secretaria Geral

Artigo 19 – À Comissão de Cultura e Extensão Universitária cabe traçar diretrizes, apoiar as atividades de cultura e extensão e zelar pela execução dos programas correspondentes, obedecendo ao disposto nas normas e legislação pertinentes da USP.

SEÇÃO II

Da composição

Artigo 20 – A Comissão de Cultura e Extensão Universitária terá a seguinte constituição:

I - seis docentes, sendo dois por Departamento, eleitos pela Congregação, ouvidos os Departamentos respectivos, com mandato de três anos, permitida a recondução e, observando-se a renovação anual pelo terço; e

II - representação discente eleita pelo conjunto de alunos de cursos graduação e de programas de pós-graduação, regularmente matriculados na Unidade, em número correspondente a dez por cento do total de docentes desse colegiado, com mandato de um ano, permitida a recondução, assegurado o direito de voto, mas não de elegibilidade, aos alunos que sejam também membros do corpo docente ou servidores técnicos e administrativos.

§ 1º - Os suplentes dos membros do colegiado serão escolhidos da mesma forma que os titulares.

§ 2º - A Comissão de Cultura e Extensão Universitária terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos dentre seus membros docentes, obedecido ao disposto nos §§ 5º e 6º do artigo 45 do Estatuto.

CAPÍTULO IX

DOS DEPARTAMENTOS

SEÇÃO I

Da administração

Artigo 21 – O Departamento, menor fração da estrutura universitária para os efeitos de organização didático-científica e administrativa, será dirigido por:

I – Conselho do Departamento;

II - Chefia do Departamento.

Artigo 22 - A organização e competência dos Departamentos estão previstas no art. 52 do Estatuto e art. 43 do Regimento Geral.

Rua da Praça do Relógio, 109 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/Brasil
CEP 05508-050 – Fone: 3032.0228 Fax: 3815.2741



Secretaria Geral

SEÇÃO II

Do Conselho do Departamento

Artigo 23 – A constituição do Conselho do Departamento está prevista no art. 54 do Estatuto.

Parágrafo Único – Todos os Professores Titulares farão parte do Conselho do Departamento.

Artigo 24 – Além das competências enumeradas no art. 45 do Regimento Geral, cabe ao Conselho do Departamento:

I - propor políticas de pesquisa, ensino, cultura e extensão universitária no âmbito do Departamento, em consonância com as diretrizes da EERP e da Universidade de São Paulo;

II - avaliar e gerenciar as atividades multidisciplinares de ensino, pesquisa, cultura e extensão de acordo com os objetivos e recursos do Departamento, em consonância com as diretrizes da EERP e da Universidade de São Paulo;

III - indicar, no que couber, os representantes do Departamento nas Comissões e Colegiados;

IV - apreciar e encaminhar à Congregação, anualmente, o relatório do conjunto das atividades dos docentes do Departamento;

V - estabelecer os critérios para a seleção dos alunos monitores, estagiários e bolsistas.

Artigo 25 – O Conselho do Departamento reunir-se-á em sessões ordinárias e extraordinárias de acordo com o Regimento do Departamento.

SEÇÃO III

Do Chefe do Departamento

Artigo 26 – A eleição do Chefe do Departamento e respectivo suplente obedecerá aos dispositivos estatutários e regimentais vigentes na USP.

Artigo 27 - As competências atribuídas ao Chefe do Departamento são as previstas no art. 46 do Regimento Geral da USP.

TÍTULO III

DO ENSINO

Artigo 28 – O ensino da EERP será ministrado em cursos de graduação, pós-graduação e extensão universitária.

Artigo 29 – O prazo máximo para integralização do curso de Bacharelado em Enfermagem será de sete anos (14 semestres) e do curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem será de oito anos (16 semestres).

Rua da Praça do Relógio, 109 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/Brasil
CEP 05508-050 – Fone: 3032.0228 Fax: 3815.2741



Secretaria Geral

Artigo 30 – A EERP qualificará candidatos para outorga dos seguintes diplomas e títulos:

I - Diplomas de:
Bacharel em Enfermagem;
Bacharel e Licenciado em Enfermagem;

II - Títulos de:
Mestre em Ciências;
Doutor em Ciências;
Livre Docente;

Artigo 31 – Poderá haver participação de docentes da EERP em cursos de outras instituições, desde que aprovado pelo Departamento, a que pertença o docente, obedecendo-se as normas e legislação pertinente da USP.

TÍTULO IV

DO CORPO DOCENTE

CAPÍTULO I

DA CARREIRA DOCENTE

SEÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 32 – Os cargos e funções da carreira universitária, os concursos para preenchimento desses cargos e funções, a obtenção de títulos, os contratos, o regime de trabalho e as transferências do pessoal docente são regulamentados pelo que dispõe o Estatuto e o Regimento Geral.

Artigo 33 – Atendendo o disposto no art. 126 do Regimento Geral, fica estabelecido que quando existir mais de um candidato inscrito em concurso, a Comissão Julgadora levará em conta a ordem de inscrição para elaborar o calendário das provas.

Artigo 34 – Na prova pública de arguição dos concursos para provimento dos cargos da carreira docente, bem como para a livre-docência, cada examinador, iniciando-se pelo membro estranho à Unidade e sempre do menos titulado para o mais titulado, terá até 30 (trinta) minutos para arguir, reservando-se igual prazo para o candidato responder.

Parágrafo Único – O diálogo será permitido quando o examinador e o candidato concordarem e, neste caso, o tempo será de 60 (sessenta) minutos.



SEÇÃO II

Secretaria Geral

Dos concursos para os cargos de Professor Doutor

Artigo 35 – As inscrições para os concursos de provimento de cargos de Professor Doutor serão abertas pelo prazo de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias.

Artigo 36 – As provas do concurso para provimento de cargo de Professor Doutor estão previstas nos arts. 79 do Estatuto e 135 do Regimento Geral da USP.

Artigo 37 - As provas para o concurso de Professor Doutor serão feitas em duas fases e constam de:

I - prova escrita;

II - julgamento do memorial com prova pública de arguição;

III - prova didática;

IV – julgamento do projeto de pesquisa na área de conhecimento do concurso, com prova pública de arguição.

§ 1º - A prova escrita, que terá peso 1 (um), será eliminatória e o candidato que obtiver nota menor do que 7,0 (sete), da maioria dos membros da Comissão Julgadora, será eliminado do concurso.

§ 2º - A prova escrita far-se-á nos termos do art. 139 do Regimento Geral da USP.

§ 3º - A Comissão Julgadora apresentará, em sessão pública, as notas recebidas pelos candidatos na prova escrita.

Artigo 38 - O julgamento do memorial com prova pública de arguição far-se-á nos termos do art. 136 do Regimento Geral e terá peso 4 (quatro).

Artigo 39 - A prova didática far-se-á nos termos do art. 137 do Regimento Geral e terá peso 4 (quatro).

Artigo 40 - O julgamento do projeto de pesquisa terá peso 2 (dois) e consistirá de apresentação pública do projeto de pesquisa, seguida de arguição.

§ 1º - O candidato terá até 30 (trinta) minutos para apresentação pública do projeto de pesquisa.

§ 2º - A arguição do projeto de pesquisa dar-se-á nos termos do art. 34 deste Regimento.

§ 3º - No julgamento do projeto de pesquisa, a comissão julgadora apreciará:

I – a adequação ao programa descrito no edital do concurso;

II – a contribuição original;

III – o domínio do assunto;



Secretaria Geral

IV – a coerência interna: objeto de estudo, objetivo e método;

V – a exequibilidade.

SEÇÃO III

Dos concursos para os cargos de Professor Titular

Artigo 41 – As provas do concurso para o cargo de Professor Titular estão previstas nos arts. 80, parágrafo 2º, do Estatuto e 152 do Regimento Geral e sua realização deverá obedecer ao disposto nos arts. 149 a 162 do Regimento Geral.

Artigo 42 – Atendendo ao disposto no parágrafo único do art. 153 do Regimento Geral, o peso para cada prova será: julgamento dos títulos: 4 (quatro); prova pública oral de erudição: 2 (dois); prova pública de arguição: 4 (quatro).

SEÇÃO IV

Da Livre-Docência

Artigo 43 – As provas para a obtenção do Título de Livre-Docente estão previstas nos arts. 82 do Estatuto e 167 do Regimento Geral, e sua realização deverá obedecer ao disposto nos arts. 163 a 181 do Regimento Geral.

Artigo 44 – No mês de dezembro, a Congregação estabelecerá os meses de abertura de concursos para livre-docência, referentes ao primeiro e segundo semestres letivos, para cada um dos Departamentos.

§ 1º - O prazo para recebimento de inscrições ao concurso de livre-docência, em cada um dos semestres será de 30 (trinta) dias.

§ 2º - Caberá a Congregação aprovar os programas propostos pelos Departamentos, segundo as especialidades abrigadas pelos mesmos.

§ 3º - Nos concursos de livre-docência, todas as especialidades de cada um dos Departamentos deverão ser contempladas, constando do edital e com a indicação dos respectivos programas.

Artigo 45 – A prova de avaliação didática, prevista no item IV do art. 82 do Estatuto, será escrita e constará de um plano de aula, conjunto de aulas ou programa de uma disciplina de pós-graduação, realizada de acordo com o art. 174 e seus incisos do Regimento Geral.

Artigo 46 – Atendendo o disposto no parágrafo único do art. 177 do Regimento Geral, o peso para cada prova será: prova escrita: 1 (um); defesa de tese ou de texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela: 3 (três); julgamento do memorial com prova pública de arguição: 4 (quatro); avaliação didática: 2 (dois).



Secretaria Geral

SEÇÃO V

Das comissões julgadoras dos concursos

Artigo 47 – As Comissões Julgadoras dos Concursos para os cargos de Professor Doutor, Professor Titular e para o concurso de Livre-Docência obedecerão ao disposto nos arts. 182 a 193 do Regimento Geral.

Artigo 48 – A Presidência das comissões julgadoras dos concursos obedecerá ao preceituado nos arts. 185, 189 e 193 do Regimento Geral.

TÍTULO V

DO CORPO DISCENTE

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO

Artigo 49 – A constituição do corpo discente está prevista no art. 203 do Regimento Geral.

CAPÍTULO II

DOS ALUNOS MONITORES

Artigo 50 – Conforme disposto nos arts. 208 e 209 do Regimento Geral poderá ser fixado anualmente o número de alunos monitores com a finalidade de estimular o estudo de problemas na área de enfermagem, a pesquisa científica, e a didática ou treinamento e desenvolvimento profissional.

Artigo 51 - Compete ao Conselho de Departamento interessado a seleção dos monitores, de acordo com o que preceitua o parágrafo único do art. 209 do Regimento Geral.

§ 1º - O aluno deverá estar regularmente matriculado, no mínimo, no segundo ano dos Cursos de Graduação em Enfermagem ou em Programa de Pós-Graduação.

§ 2º - Não serão admitidos e terão o programa de monitoria cancelado os monitores que, em qualquer época do curso, tiverem punições por infrações disciplinares ou reprovações.

§ 4º - O aluno monitor deverá cumprir carga horária máxima de 8 (oito) horas semanais de trabalho e, fora do período letivo, poderá se estender até 24 (vinte e quatro) horas semanais, a critério do Conselho do Departamento.

Artigo 52 – Haverá duas categorias de monitores: voluntários, sem direito a remuneração e bolsistas com direito a gratificação mensal, desde que a Unidade ou os Departamentos disponham de recursos específicos para esta finalidade.

Parágrafo Único – A critério do Conselho do Departamento, poderá haver mais de um aluno monitor remunerado por Departamento, onerando o próprio Departamento.



Secretaria Geral

Artigo 53 – Havendo disponibilidade de recursos, o valor individual da bolsa de monitores, bem como o critério de sua distribuição entre os Departamentos será estabelecido pelo CTA, atendendo-se as instruções específicas dos órgãos competentes.

Artigo 54 – No certificado de aluno monitor, expedido pelo Departamento, deverá constar:

I - carga horária, período e avaliação;

II - programa desenvolvido.

TÍTULO VI

DO REGIME DISCIPLINAR

Artigo 55 - Cabe aos docentes, discentes e servidores técnicos e administrativos manterem a fiel observância dos preceitos exigidos para a boa ordem e dignidade da Universidade, conforme preceitua o art. 94 do Estatuto, bem como a manutenção do patrimônio material e imaterial da Universidade.

Artigo 56 - As relações humanas no âmbito da Universidade de São Paulo são norteadas pelo seu Código de Ética, cujos preceitos aplicam-se aos docentes, servidores técnicos e administrativos e discentes bem como a todos aqueles que se utilizem de bens da Universidade.

TÍTULO VII

DIGNIDADES UNIVERSITÁRIAS

Artigo 57 – A Congregação poderá propor ao Conselho Universitário a concessão do título de Doutor Honoris Causa e de Professor Emérito da Universidade de São Paulo, nos termos dos arts. 92 e 93 do Estatuto.

Artigo 58 – O título de Professor Emérito da EERP poderá ser concedido aos seus professores aposentados, que se distinguiram por suas atividades didáticas e de pesquisa ou que tenham contribuído, de modo notável, para o progresso da Universidade.

Parágrafo Único – A concessão do título dependerá do voto favorável de pelo menos dois terços dos membros da Congregação.

Artigo 59 – Poderá a Congregação instituir, mediante aprovação de dois terços de seus membros, outras dignidades para agraciar docentes, servidores técnicos e administrativos, estudantes e personalidades que, a seu juízo, mereçam a distinção.



Secretaria Geral

TÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 60 – A criação de Núcleos de Apoio, sediados na Escola, nos termos previstos no art. 55 do Regimento Geral, deverá ser apreciada pela Congregação, ouvidas as respectivas Comissões.

Artigo 61 – A reavaliação quinquenal das atividades docentes, como preceitua o art. 104 do Estatuto, será feita de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão Permanente de Avaliação, mencionada no art. 202 do Regimento Geral.

Artigo 62 – Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Congregação, salvo expressa competência de outro órgão.